

Améis de História, Assis - SP.  
Unesp, v. 5, 1973, pp. 9-53.

Eddy Stols \*

Donald. 24 cópias

11B

## OS MERCADORES FLAMENGOS EM PORTUGAL E NO BRASIL ANTES DAS CONQUISTAS HOLANDESES

O Brasil holandês tem sido um tema predileto e privilegiado dos estudiosos nacionais e estrangeiros.<sup>1</sup> À tal ponto que Charles R. Boxer recentemente clamou por uma moratória das pesquisas neste campo.<sup>2</sup> Podemos concordar com esta proposta no que diz respeito ao conhecimento fático do período holandês propriamente dito (1624-1654), não fosse a edição recente de novos documentos e de trabalhos poucos conhecidos no Brasil como de E. M. KOEN, W. BRULEZ, H. RIJPERMAN e H. POHL e a nossa preocupação por dois problemas assaz importantes.

O primeiro é de ordem historiográfica. As diversas interpretações da presença holandesa, e sobretudo sua inserção no contexto da história colonial brasileira e especificamente da história do capitalismo em terras brasileiras e no âmbito do Atlântico, merecem revisão e reflexão crítica. Se possuímos já a excelente *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês do Brasil* de José Honório Rodrigues, é possível ir mais adiante e tentar uma historiografia aprofundada. Dever-se-ia fazer o levantamento e a confrontação das conclusões e generalizações, muitas vezes apressadas, como também se impõe uma interrogação sobre a motivação de tão grande zelo historiográfico referente ao Brasil holandês. Ressaltamos aqui rapidamente que se no substrato da pesquisa européia encontraríamos sobretudo curiosidade exótica e ufania imperialista, consciente ou inconsciente, o caso dos historiadores brasileiros apaixonados pelo período holandês se apresenta bem mais complexo e significativo. As invasões holandesa constituem, neste longo período um tanto monótono de colonização portuguesa, uma oportunidade sonhada para a tra-

\* Professor da Universidade de Lovaina, Bélgica.

1. Agradecemos Edson Lacerda de Rezende pela sua preciosa ajuda na revisão do texto. Uma parte da nossa pesquisa só foi possível graças a uma bolsa da benemerita Fundação Calouste Gulbenkian.

2. C. Boxer, *Some Reflections on the Historiography of Colonial Brazil, 1650-1970* in *Colonial Roots of Modern Brazil*, Dauril Alden (ed.), Berkeley, 1973, p. 12.

dicional "histoire événementielle". Elas desafiam a prepotência portuguesa e integram a colônia na grande aventura do capitalismo nórdico, prefigurando assim ao mesmo tempo um Brasil moderno nacionalista e cosmopolita. Acentuam-se o vigor e o esplendor da ocupação holandesa tanto mais de bom grado que aumentam o mérito da participação autócrona — ensaio de uma primeira luta anticolonialista — na derrota holandesa. Oferece o episódio falta ocasião para digressões e conceituações de tipo marxista sobre relações entre metrópole e colônia. A problemática webariana sobre a antítese entre catolicismo e mentalidade capitalista, e a sombartiana a respeito do papel e da suposta traição dos cristãos-novos, encontram aqui sua vez. Não nos demoramos neste assunto pois existe aqui matéria para um estudo histórico-gráfico de vulto.

O segundo problema que queremos focalizar aqui é o da história, ou melhor da protohistória das invasões holandesas. Para compreender a gênese do interesse holandês pelo Brasil, dispomos já das valiosas contribuições de E. Skuter e de H. Kellenbenz<sup>3</sup>. Estes autores entretanto não puderam esgotar o assunto por falta de uma documentação adequada e sobretudo não retrocederam além de 1580. A esta data, aliás — a ascensão de Felipe II em Portugal e o conseqüente envolvimento deste país e de suas colônias nas lutas entre espanhóis e holandeses —, tem sido dado um enfoque e uma importância exagerados. Parece a opinião mais bem estabelecida e divulgada que os holandeses só foram para o Brasil uma vez que os embargos de Felipe II em Lisboa lhes impediram o acesso livre mas indireto ao comércio colonial no domínio português e forçaram-nos assim a procurar contado direto, contrabandear, lançar exposições e estabelecer companhias<sup>4</sup>. Outra abordagem errada é a identificação da rebelião calvinista e das empresas holandesas com todos os Países Baixos e com todos seus comerciantes. Tal como Bruges, Gand e outras importantes cidades flamengas, Antuérpia voltou rapidamente, em 1585, sob o domínio e a obediência espanhola e pouco depois muitos mercadores se estabeleceram novamente na metrópole do Escalda. Sua decadência nunca foi tão completa

3. E. Skuter, *Dutch-Spanish Rivalry in the Caribbean Area, 1594-1609*, in *Hispanic American Historical Review*, XXVIII, 1948, p. 165-196; H. Kellenbenz, *Relações económicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII*, in *Revista da História*, São Paulo, XXXVII, 1968, p. 293-314.

4. N. Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, 1962, p. 65, 87 e 89.

como H. Pirenne e outros o afirmaram<sup>5</sup>. Muito pelo contrário, graças a sua tradição, ao seu potencial técnico e demográfico manteve por mais um século seu apetite voraz e contínuo das riquezas coloniais. Como "Dispositionsplatz" desempenhou Antuérpia um papel de primeira importância no comércio das Américas através das suas numerosas colônias de comerciantes flamengos em Sevilha primeiro e depois em Cádiz<sup>6</sup>. Uma revisão da protohistória das empresas holandesas no Brasil deveria portanto ir bem aquém de 1580 e levar em conta a atividade colonial de Antuérpia e sua sobrevivência. É o que queremos tentar aqui para poder tirar algumas conclusões e reinterpretar a chegada dos holandeses no Brasil.

No histórico das relações econômicas entre Portugal e Flandres os momentos já conhecidos e sempre ressaltados são a colação de cruzados flamengos na libertação de Lisboa, os laços dinásticos entre os reis portugueses e os condes de Flandres e posteriormente os duques de Borgonha, a organização de uma colônia de mercadores portugueses em Bruges, a colonização dos Açores por flamengos e o estabelecimento de uma feitoria portuguesa primeiro em Bruges e em seguida em Antuérpia. Este comércio apareceu dominado pelos mercadores portugueses e italianos<sup>7</sup>. Por volta de 1500 entravam também os hanseáticos e as grandes casas comerciais da Alemanha Meridional<sup>8</sup>. Com exceção dos colonos flamengos nos Açores, aliás sobretudo agricultores, o elemento flamengo não parecia ter-se proporcionado uma parte substancial deste comércio e teria antes desempenhado um papel passivo. Teria se contentado com a manutenção do mercado internacional de Bruges e depois de Antuérpia, e com a expedição das riquezas coloniais para o Norte e para a Europa Central. Somente quando portugueses, espanhóis e italianos abandonaram a praça de Antuérpia com a crise de 1569 e o abastecimento em Lisboa e Sevilha foi dificultado aos flamengos, é que estes realmente ter-se-iam despertado para o comércio colonial.

5. J. A. Van Houtte, *Déclin et survivance d'Anvers (1550-1700)*, in *Studi in Onore di Amintore Fanfani*, Milano, 1962, v. p. 705-726; W. Brulez, *Anvers de 1585 à 1650*, in *Studia Historica Gandensia*, LX, 1967.

6. E. Stols, *De Spaanse Brabanders of de handelsbetrekkigen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld, 1598-1648*, Bruxelles, 1971; I. Everaert, *De internationale en koloniale handel der Vlaamse firmas te Cádiz, 1670-1700*, Bruges, 1973.

7. J. A. Gort, *Etude sur les colonies marchandes méridionales, à Anvers de 1488 à 1567*, Louvain, 1925.

8. A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959.

Recentemente O. Mus num artigo, por ser editado em flamengo pouco conhecido, chamou a atenção sobre uma documentação até então não utilizada.<sup>9</sup> O arquivo municipal de Bruges conserva o registo de uma firma comercial, a companhia Despars, que atesta um ativo e dinâmico comércio flamengo com Lisboa e as ilhas no fim do século quinze. De 1480 a 1500 Jacob Despars de Bruges manda tecidos para seu irmão Wouter em Lisboa, que lhe expede por sua vez azeite, vinhos e açúcares. Para esta última mercadoria, que conhece uma voga crescente, eles mantêm contactos na Madeira com João Esmeraldo e Ambrosio de Gâvio, grandes plantadores, e mandam para lá seus próprios representantes, Luis Gallant e Theune Louf. Por outro documento sabemos que Wouter Despars mantinha por volta de 1504 relações com Willelm Kestelt aliás Willelm van Belle, mercador de Arruamuiden aliás Ramua na Zelândia, o qual era também bombardeiro e proprietário de uma parte de um navio na rota de Lisboa e tratava em géneros como cortiça, vinhos e pau-brasil<sup>10</sup>. Curiosa é a menção que este pau-brasil "não era das ilhas, de onde vinha o bom pau-brasil". Será que já em 1504 vinha do Brasil mesmo?

Não eram os Despars os únicos brugenses ativamente envolvidos no comércio português. Mus menciona vários flamengos em Lisboa: Bartholomeus de Busere e Jacob Rave, que devem vender aí, em 1449, um lote importante de jóias para seu mestre Rombout de Wyachtere; o conhecidíssimo Maarten Lem, que conseguiu o monopólio da cortiça em 1456; o toneleiro Jan Dey; Fras van der Mersch, representando seu pai Lievin por volta de 1470; um irmão de Jacob Lombaert; dois brugenses, Roeland Boddin e Joris de Muntere, morreram em Lisboa por volta de 1487; Gerard de Mil, comissário de vários comerciantes de Bruges por volta de 1478-1496 e que pode ser identificado com Guilarte de Mil, naturalizado em 1488<sup>11</sup>. Acrescentemos ainda Johan Passteel, que vê seu privilégio confirmado em 1452, e Clays le Tonnelier, em relação com o acima mencionado Willelm van Belle<sup>12</sup>.

9. O. Mus, *De Brugse compagnie Despars op het einde van de 15e eeuw*, in *Annales de la Société d'Emulation de Bruges*. Cl. 1964, p. 5-118.
10. O. Mus, op. cit., V. Rau, *Privilegios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)*, in *Revista Kauffente auf der Iberischen Halbinsel*, H. Kallenbach (ed.), Colônia, 1970, p. 199.
11. *Gegevens betreffende roerend en onroerend bezit in de Nederlanden in de 16 e eeuw*, editado por H. A. Emano van Gelder, in *Rijks Geschiedkundige Publicatiën, Grote Serie*, CXL, Haia, 1972, p. 497-505.
12. *A Chancelaria de D. Afonso V*, editado por Braamcamp Freire, in *Arquivo Histórico Português*, III, 1905, p. 215; *Gegevens betreffende roerend en onroerend bezit*, op. cit., p. 500.

O caso mais interessante talvez é o dos irmãos Nieulant, que tiveram uma companhia similar àquela dos Despars. Mus avança a hipótese que os Despars pela compra de açúcar teriam chegado a comprar plantações na Madeira e que assim os flamengos teriam surgido como investidores ao lado dos genoveses<sup>13</sup>. Ora podemos tirar a dúvida não a respeito dos Despars mas dos Nieulant, Anrique e Guizarre da Terra Nova, produtores de 3120 arrobas de açúcar, mencionados por V. Rau e J. Borges de Macedo, levam um nome que é o aporportuguesamento de Nieulant<sup>14</sup>. Figura aliás aí um outro flamengo proprietário, Henrique, produtor, é verdade, de apenas umas modestas 110 arrobas. São eles pois na Madeira os precursores de outros investidores flamengos em plantações de cana nas Ilhas Canárias<sup>15</sup>.

Mais longe vai outra investida flamenga dentro da expansão ultramarina portuguesa: por volta de 1475 naufragou na costa do Rio de Ouro um navio do mercador brugense Thomas Perrot, por sinal proprietário de uma parte de uma mina de calamina, metal que entra na confecção do latão, preciosa mercadoria para o escambo nas costas africanas<sup>16</sup>. Lembremos aqui também o artigo de Ch. Verlinden sobre o flamengo Fernand van Olmen, aliás de Olmos, que lançou uma expedição a partir dos Açores para descobrir terras novas<sup>17</sup>. Não se pode mais, portanto, negar uma apreciável e bem ativa participação flamenga nos descobrimentos e na colonização portugueses, se bem que de uma importância menor que aquela dos italianos.

Lisboa tornou-se a base desta penetração. Lá podia-se adquirir produtos coloniais cada vez mais variados: não só açúcares e melado, mas também marfim, ouro e pimenta, sem esquecer os produtos portugueses, azeite vinho, cortiça e frutas, que pelo seu volume completavam a carga dos navios. Lá também se encontrava uma sociedade de novos ricos, consumidora de objetos de luxo de Flandres: roupas finas de veludo, de cetim, de olanda, de camalote, chapéus, toalhas de mesa, cobricamas, tapetes, mó-

13. O. Mus, op. cit., p. 49.
14. V. Rau e J. Borges de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV*, Funchal, 1962, p. 42, 67, 76 e 87.
15. J. A. Van Houte e E. Stols, *Les Pays Bas et la "Mediterranée atlantique" au seizième siècle*, in *Mélanges F. Braudel*, Toulouse, 1973, I, p. 645-659.
16. O. Mus, op. cit., p. 93.
17. C. Verlinden, *Un précurseur de Colombi. Le Flamand Ferdinand van Olmen (1497)*, in *Revue Portugaise de História*, X, 1963.

veis, cofres, jóias<sup>18</sup>. Não havia expedição e colonização sem armas, e Flandres podia oferecer couraças, alabardes, bombardas. Mus nota uma concentração de armadores em Bruges por esta época, sem dúvida em conotação com a exportação para Portugal<sup>19</sup>. Existiam pois os termos para um comércio exemplarmente complementar. Além disso a situação política não obstruía a concentração de mercadores flamengos em Lisboa. Pelo contrário, já em 1414 puderam formar aí uma irmandade no convento dos dominicos, confirmada em 1472 pelo rei português<sup>20</sup>. Aos mercadores flamengos e alemães foram repetidamente outorgados novos privilégios pela coroa a fim de atraí-los em maior número e fixá-los duradouramente<sup>21</sup>.

As dificuldades políticas e económicas de Bruges e a subida de Antuérpia no fim do século XV não afetaram a continuidade deste comércio colonial flamengo. Temos como prova disso um livro de caixa, conservado no Arquivo Plantin-Moretus de Antuérpia<sup>22</sup>. Pertencia esta a Guillaume van de Lare, aliás Guilherme de Lara, que chegou em agosto de 1522 com o navio "Trois Rois" de Jehan Berndt em Lisboa, onde se estabeleceu na Rua Nova. Trazia consigo um moço António Boudins, filho de Christian Boudins Parmentier de Bruges e o colocou pouco depois com um mestre como aprendiz. Lara vinha como empregado de Erasmo Schetz com um salário de quinze libras flamengas. Isso não impedia que trabalhasse também por conta própria ou formasse companhia com outros mercadores para um ou outro negócio, como por exemplo em 1524 com Jehan Ryveloot e Francisco Lobo para um envio de açúcares. Açúcar é o grande negócio de Lara e ele o compra seja em Lisboa a bordo de um navio — por exemplo o Maria de Antuérpia, mestre Boudin Jacopsen vindo da Madeira —, seja através de seus contactos na Ilha da Madeira. Destacamos entre estes últimos António Eanes de Machiquo, Jehan Leite Mor, Francisco Alvares e também uns flamengos, Jehan Diaz Flamengo, o sobrinho deste Jacome Diaz, Pierre Dorroir de Bruges e ainda Francisco Dhane, nascido no Funchal mas de nome flamengo e que acompanhava navios carregados de açúcar para Flandres. Ele os provê de especiarias e de azeite. Lara

18. A. Braamcamp Freire, *Inventário do Guarda-roupa de D. Manuel*, in *Arquivo Histórico Português*, II, 1904, p. 389, 392, 393, 397-403; Idem, *Cartas de quitação del Rei D. Manuel*, in *ibidem*, IV, 1906, p. 439.

19. O. Mus, op. cit., p. 81.

20. O. Mus, op. cit., p. 79-80.

21. V. Rau, op. cit.

22. Manuscritos, 318.

esteve também pessoalmente na Madeira em 1523 mas caiu vítima da peste. Teve grandes despesas, 11600 réis, para deixar-se curar por um mestre Constantino Grego, contrariando as disposições do magistrado do Funchal que permitia somente medicina em público. Destinatário do açúcar em Flandres era Guillaume de Boodt de Bruges, da mesma família de Jan de Boodt, que em 1493 mandava de Portugal frutas para Jacob Despars em Bruges<sup>23</sup>. Lara expedia também xaropes, figos, azeite e até dois papagaios numa gaiola para Aert Pruenen em Antuérpia. Calculou também o custo de exportação de açúcar para Veneza, mas não consta se efetivamente chegou a explorar esse mercado. Se foi o caso, estamos aqui diante de um primeiro ensaio do que futuramente chegaria a tornar-se um ramo de comércio muito praticado pelos mercadores flamengos de Lisboa: o abastecimento em açúcares do mercado veneziano. Os flamengos imitaram assim cedo os italianos e entraram em seu coto privado.

Em Lisboa Guilherme vende, por atacado mas também a retalho, panos de Courtrai e de Roulers, toalhas e guardanapos, carpetes de Gand, anascotas de Lille, tapeçarias de Audenaerde. Ele faz seguros e empresta dinheiros. Conhecemos assim vários membros da colónia flamenga de Lisboa por esta época: Symon van Turnhout, Jehan Tonnelier de Bruges, Jehan e Jacques Bave, Aert Coelmont, Jehan Provier, Jehan Berndt, Jehan de Wilde lapidário e filho de Martin de Wilde de Antuérpia, Jehan vander Lende ourives, Nicolao Fernandes Flamengo, Ysabel Gonçalves viúva do mestre Christovão van Duren, Charles de Lannoy, la-cao de Dona Leonor, Jehan le Pontaillier, "dispenster" da mesma rainha. Entre seus fregueses portugueses mencionamos Nicolao Rodrigues, Jehan Gonçalves em Alfama e António de França. Em novembro de 1526 ele deixa seus negócios pendentes nas mãos de Jacques Vanderstraten e em companhia de Manuel de Goeyz e Jacques Kellingher volta por Bayona de Galicia, de lá por terra até Bermeo em Biscaia, novamente por mar até Falmouth e de lá até Bruges, viagem que lhe custa uns 21600 réis. Estabece-se em Antuérpia onde ele tem seu irmão Jacob van den Lare e seu sogro Herman Janssen e uma caixa abaixo da Koe-poorbrugge. Provavelmente terá continuado lá seu comércio português e colonial. Lara nos apresenta um tipo de mercador flamengo que encontraremos doravante frequentemente: faz sua aprendizagem em Lisboa, começa como empregado, mas negocia

23. O. Mus, op. cit., p. 67.

logo por conta própria e volta pouco depois a sua pátria para continuar um comércio maior.

Temos por exemplo Jacob Groenenberch, nascido em Colônia mas posteriormente cidadão de Antuérpia, que reside nos anos 1506-1507 em Lisboa e vende ai panos de Flandres, trigo e prata para Henricus de Ghinckel de Antuérpia. Ele compra açúcar na Madeira por intermédio de seu feitor Johannes Twijn<sup>24</sup>. Em seguida volta para Antuérpia, de onde se envolverá em grandes investimentos nas plantações de açúcar das ilhas Canárias<sup>25</sup>. Outros nomes de mercadores flamengos em Lisboa por este período: Andries Moret, Jacob de Feyere<sup>26</sup>, Jan de Praet<sup>27</sup>, Diogo de Ana, Ambrósio Rope, João Brendo, Gil Bacar, Copim Mham, Coutim do Poco, Henrique van Esta, Ultra del Rio<sup>28</sup>, e Gerard van Gistel. Este último recebia mercadorias de Thomas van de Valle de Bruges, que tinha negócios na Madeira com João Gonçalves Malacarne e cujo filho Luis se instalou como plantador de cana nas Canárias<sup>29</sup>.

A medida que o século avança esta colônia cresce em número. Não é unicamente constituída de mercadores. Muitos chegam para entrar a serviço do rei ou de grandes senhores, como por exemplo este Peter de Leek aliás Leck, filho do cirurgião Wilhelm de Leek de Antuérpia<sup>30</sup>. O rei manda embaixadores para contratar em Flandres artilheiros, bombardeiros e fundidores para equipar as empresas ultramarinhas, e flamengos de preferência sobre alemães pois não têm medo do mar<sup>31</sup>. Sabemos algo mais a respeito desta colônia pelos processos da Inquirição, que na década de 1550 à 1560 chegou a inquietar-se seriamente pela heterodoxia destes flamengos. Aparecem assim diante do Santo Ofício artilheiros como mestre Henrico d'Anvers, Alberto de Vries, também carpinteiro, outros carpinteiros Diogo Jacques,

24. R. Doehaerd, *Etudes Anversoises, Documents sur le commerce international à Anvers, Paris, 1962-1963*, II, p. 275.
25. J. A. Van Houte e E. Stols, op. cit.
26. O. Mus, op. cit., p. 91.
27. R. Doehaerd, op. cit., III, p. 206.
28. A. Bramcamp Freire, *Noticias da Feitoria de Flandres, Lisboa, 1920*, p. 44.
29. J. A. Van Houte e E. Stols, op. cit., p. 649.
30. R. Doehaerd, op. cit., II, p. 265.
31. M. de Sampaio Thomado Barata, *Rui Ferrandez de Alameda, diplomata português do século XVII, Lisboa, 1971*, p. 99-100 e 216

David, Alberto, Roloff Pieters aliás Rui, Giraldo Cornelio<sup>32</sup>. Há alfaiates como Artes, Pedro Flamengo, os irmãos Guilherme e João, Gil Flamengo aliás Cheleyrn Cheleyrnissen, Hans em Troos que trabalha com Abram de Malinas<sup>33</sup>, tecelões como Roberto Flamengo<sup>34</sup>. Todas as artes eram representadas: António Barbe, alias Barbeiro, organista do arcebispo de Lisboa<sup>35</sup>, o pintor e vidraceiro Roque Hans, com vários aprendizs e servidores<sup>36</sup>, os pintores e escultores Rodrigo de Riene<sup>37</sup>, Jacques Clerbot<sup>38</sup>, Francisco de Haste<sup>39</sup>, Bartolomeu de Utrecht<sup>40</sup>, João Flores<sup>41</sup>, os impressores Francisco Grafeo e Pero Alberto<sup>42</sup>.

Particularmente forte era o grupo de ourives e lapidários, muitas vezes estabelecidos na Rua Nova dos Douradores: Homar, Hans van Munster, aliás Moster<sup>43</sup>, Pedro Muster, Hans Frances, mestre Guilherme<sup>44</sup>, Ulrique, Reynaldo diamantário<sup>45</sup> e mais tarde em 1566 Cornelis Jangolense que trabalha com o mestre diamantário Geraldo Harens<sup>46</sup>, e 1567 Cristovão Rademecker aliás Radanac diamantário também com mestre Valentim Fernandes<sup>47</sup>, Guido Flamengo aprendiz de ourives em 1571<sup>48</sup>, Pedro Corte aliás Curt por volta de 1571-1586<sup>49</sup>, Roberto Flamengo que trabalha perolas<sup>50</sup> e Francisco Rainero ourives em 1591<sup>51</sup>.

O vestuário do renascimento comportava muitas peles, daí a presença de peleteiros flamengos como Baltazar na casa de Pedro Gonzalez, e Hans le Petit, aliás João Pequeno e seu irmão Erasmo

32. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquirição de Lisboa, 1665, 5943, 6622, 8555; A. Baldo, *A Inquirição em Portugal e no Brasil, in Arquivo Histórico Português*, VIII, 1910, p. 49.
33. A. N. T. T., I. L., 2029, 4321, 8345, 8555 e 10371.
34. A. N. T. T., I. L., 3848 e 11665.
35. A. N. T. T., I. L., 8555.
36. A. N. T. T., I. L., 1665, 1981 e 5943.
37. A. N. T. T., I. L., 6622, 10386 e 12453.
38. A. N. T. T., I. L., 5618.
39. A. N. T. T., I. L., 12453.
40. A. N. T. T., I. L., 1981 e 12448.
41. A. N. T. T., I. L., 8555.
42. A. N. T. T., I. L., 1366.
43. A. N. T. T., I. L., 1611, 5618 e 10386.
44. A. N. T. T., I. L., 6135.
45. A. Baldo, op. cit., VI, p. 99 e VII, p. 7.
46. A. N. T. T., I. L., 3594 e 10951.
47. A. N. T. T., I. L., 3594.
48. A. N. T. T., I. L., 2019.
49. A. N. T. T., I. L., 2019.
50. A. A. A. T. T., I. L., 1666.
51. A. A. Baldo, op. cit., VIII, p. 475.

de Antuérpia<sup>52</sup>. Para hospedar tanta movimentação de flamengos que chegavam e partiam, uns seus compatriotas se fizeram taberneiros como João de Lyla aos Cubertos de Cataquefaras e Frans Jansen, aliás Francisco Hans na Rua dos Fornos<sup>53</sup>, ou intérpretes como Marim Perez e Gaspar em Setúbal<sup>54</sup>.

É naturalmente grande grupo de mercadores: Luis van der Linden, fundador de toda uma dinastia, Hans Estrouve de Antuérpia, Hans Keldermans aliás Caldeira, Johan Antônio, Gonçalo Duche, corretor de pastel, João Bet, de Amsterdão, mercador de trigo<sup>55</sup>, Jan van Dale, filho de Jan, de Antuérpia, que fez testamento antes de partir para Lisboa e que talvez seja o pai do conhecido Manuel van Dale<sup>56</sup>, Guilherme ten Zande<sup>57</sup>, Jehan Bigot, de Meullebroucq, Le Moïse e Thieffries, Jacques Dubois, que representam em Lisboa sobretudo os mercadores de Lille<sup>58</sup>. Nem todos são mercadores de vulto e merece ser salientado a atuação de marinheiros e pilotos dos navios que aproveitam sua estadia em Lisboa para vender pequenas quantidades de trigo no Terreiro ou em botica alugada, como Hans de Maastricht, Pedro Cornelis de Armemuiden ou Goço van Arwel, aliás Gosenen Jan van Stralen<sup>59</sup>. Constituem estes "comissários volantes" um elemento de participação e de mobilidade social no grande comércio, uma espécie de democratização comparável ao fenómeno dos "peruleiros" nas frotas da América. Igualmente entre os artificies e artistas acima mencionados, encontraremos muitas vezes um ou outro que se atrisca com mercadorias.

Frente a este pequeno comércio ocasional e pequeno existe no entanto o grande comércio, do qual entre os flamengos a casa Schetz é uma das principais. Os Schetz por causa de seu engenho de São Vicente intrigaram e continuaram intrigando os historiadores das coisas brasileiras.<sup>60</sup> Falta, e provavelmente continuará faltan-

- 52 A. N. T. T., I. L., 5943 e 8555.
- 53 A. N. T. T., I. L., 1611, 6622 e 8555 A. Balão, op. cit., X, p. 477.
- 54 A. N. T. T., I. L., 12871; A. Balão, op. cit., p. 9.
- 55 A. N. T. T., I. L., 1587, 1611 e 8555; A. Balão, op. cit., p. 428.
- 56 Arquivo do Reino, Antuérpia, tabellão de Platera, 524, f.º 49, verso.
- 57 Arquivo Municipal, Bruges, tabellão de Paredes, reg. 1557.
- 58 E. Coornaert, *Les Français et le commerce international à Anvers*, Paris, 1961, I, p. 165.
- 59 A. N. T. T., I. L., 5943 e 6020.
- 60 M. R. da Cunha Rodrigues, *O Engenho São Jorge dos Erasmos, Estado atual do problema da preservação das ruínas e considerações sobre a documentação antuerpiense dos arquivos belgas*, in *Revista de História*, 1967, LXXI, p. 229-297.

do uma documentação adequada. Tentaremos aqui entretanto uma *mise au point* mesmo incompleta e provisória.

Primeiro são necessários uns esclarecimentos genealógicos e algumas precisões sobre os Schetz e seu largo parentesco<sup>61</sup>. Erasmo Schetz tinha um sobrinho de nome Sydrach, filho natural de seu irmão, o cônego Willem, e que será aproveitado dentro da firma, e mais uma irmã casada com Jan van Hilst. Este último ou mais provavelmente seu filho do mesmo nome, aliás João Veniste aparece em Lisboa casado com Magdalena Wernaerts, aliás Vernes, nascida em Antuérpia em 1530, filha de Francisco Wernaerts e de Clara Calva e irmã-entre outros de Paulo Wernaerts, aliás Paulo de Veras<sup>62</sup>. O casal Van Hilst- Wernaerts, que morava em Lisboa na rua das Pareiras por volta de 1555, tinha quatro filhos: João Erasmo, nascido em 1551, e mais Clara, Maria e Magdalena. João Veniste voltou por volta de 1557 para os Países Baixos, onde também sua mulher, já acusada como herética diante da Inquisição, o seguiu em 1558<sup>63</sup>. Em 1566 aparece ainda o mesmo Jehan van Hilst como testemunha em Antuérpia, tendo então a idade de 54 anos<sup>64</sup>. Entre seus descendentes, um filho e outro neto ou ambos netos figuram Juan e Maximiliano van Hilst, destacados financistas nas praças de Medina del Campo, Valladolid e Madrid no início do século XVII<sup>65</sup>. Entre os filhos de Erasmo Schetz mencionamos Gaspar, o financista e humanista, Melchior, Baltasar, Conrad, Maria e Isabella, casada com Jan Vlemminck, aliás João Flamengo.

Já em 1501 Erasmo Schetz aparece com importante mercador de trigo em Antuérpia<sup>66</sup>. No mesmo ano seu feitor Jan Bertel em Antuérpia recebe 39 caixas de açúcar<sup>67</sup>. É sem dúvida desta época que datam suas relações com Portugal, portanto anteriores a seu casamento em 1511 com Ida van Rechtergem, filha de Claus van Rechtergem, originário de Aquisgranis, o importante freguês

- 61 H. D'Ursel, *Notes et documents concernant la famille d'Ursel*, Bruxelas, 1915; B. E. D'Ursel, *L'origine de la Maison d'Ursel*, in *Fédération archéologique et historique de Belgique. Annales du congrès de Liège 1968*, Liège, 1971, II, p. 697-707.
- 62 Erroadamente K. Oberacker, *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, São Paulo, 1955, p. 40 considera Van Hilst como oriundo de Hüls perto de Krefeld, quando na verdade não se chamava Von Hülsen nem era alemão e, sim, flamengo, cidadão de Hasselt.
- 63 A. N. T. T., I. L., 1272, 8555 e 11652.
- 64 Arquivo Municipal de Antuérpia, Certificatieboek 1566, f.º 368-368 verso.
- 65 E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., II, p. 36.
- 66 R. Doehaerd, op. cit., III, p. 157.
- 67 R. Doehaerd, op. cit., III, p. 158.

da feitoria portuguesa de Antuérpia <sup>68</sup>. O que nos leva a crer que os mercadores flamengos estabeleceram seu comércio com Portugal independentemente dos alemães se bem que podiam coadunar-se com eles. Junto com outros mercadores Schetz expediu um navio carregado de couraças e armas em 1509 <sup>69</sup>.

Deve então ter permanecido pessoalmente uma ou várias temporadas em Portugal. Sabemos que Jan van Wouwe de Antuérpia encartrega em 1513 Jasper Schetz em Lisboa para reclamar uma quantia de pimenta e de especiarias com Hans Baer alemão, provisor e mestre da capela de São Bartolomeu dos Flamengos na dita cidade <sup>70</sup>. Este Jasper não pode ser o filho de Erasmo, pois este nasceu somente em 1513 e teve ser, ou um irmão ou mais provavelmente o próprio Erasmo. Pois Erasmo Schetz "mercador estante na dita cidade de Lisboa" apareceu em 30 de abril de 1511 perante um tabelião para registrar seus privilégios <sup>71</sup>. A es-tada de Erasmo em Lisboa é também atestada através de sua correspondência com o grande Erasmo de Roterdão <sup>72</sup>. Chegou a conversar com o próprio dom Manuel e daí recomendou a Erasmo de Roterdão dedicar uma de suas obras ao rei de Portugal <sup>73</sup>. Vale a pena anotar que é provavelmente através de seu xará que o humanista foi informado sobre o monopólio português do comércio colonial e chegou a lamentá-lo <sup>74</sup>. Na medida em que Erasmo Schetz ia se transformar num dos importantes financeiros de Carlos V, devia de preferência residir em Antuérpia e deixar seus negócios em Lisboa em mãos de feitores e servidores.

Conhecemos alguns destes representantes: o acima mencionado Guillaume van den Lare, de 1522 à 1526; provavelmente os Van Hilst. Nem todos são flamengos: Diego de Haro, da importante família espanhola de grandes empreendedores coloniais, figura como seu feitor em 1514 <sup>75</sup>; Francisco Lobo, seu feitor por

68. R. Ehrenbert, *Le siècle des Fuggers*, Paris, 1955, p. 179, 183.

69. R. Doehaerd, op. cit., III, p. 19-223 e 240.

70. R. Doehaerd, op. cit., III, p. 232.

71. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, 9820.

72. M. Batillon, *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra, 1952, p. 52-61 e 70-72.

73. P. S. Allen e H. M. Allen, *Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterdami*, Orléans, VII, p. 293-295.

74. M. Batillon, op. cit., p. 175.

75. W. S. Unger, *Bronnen tot de geschiedenis van Middelenburg in den landheerslijken tijd*, in *Rijks Geschiedkundige Publicatiën*, LXXV, 3, Hala, 1931, p. 251.

volta de 1530 <sup>76</sup>; João Bicudo que devia em 1522 grandes somas de réis à Casa da Índia por pimenta recebida para "Arasmo" Schetz <sup>77</sup>. Depois da morte de Erasmo em 1550, a casa de seus filhos é representada por Guilherme del Rey, aliás della Rin ou del Reno, nascido em Antuérpia de pai alemão e de mãe flamenga, numa típica combinação desta época, negociante muito viajado pelas Canárias e por Veneza, estabelecido em Lisboa por volta de 1554-1560 na Rua das Mudas e casado com Ana Alvarez de Paredes <sup>78</sup>. Ai trabalharam também para os Schetz um parente Hans Ingelbertus, nascido em Aquisgranis, e posteriormente ativo em Valladolid, e mais um Arnaldo Berbes, talvez da família Wernaerts.

Uma das principais tarefas destes representantes era manter o contato com a propriedade em São Vicente comprada por Erasmo, de Martin Afonso, Francisco Lobo, provavelmente o mesmo que o acima mencionado correspondente de Guillaume de Lara na Madeira, e de Vicente Gonçalves, e aumentada posteriormente pelos filhos de Erasmo na aquisição da parte de João Veniste. Não sabemos como e quando Veniste chegou a ter esta propriedade. Só uma possibilidade de data "post quem". A primeira menção de açúcar brasileiro em Antuérpia data de 1519, quando esta mercadoria figura numa tarifa alfandegária <sup>79</sup>. Para a organização e a gestão do engenho mandaram os Schetz vários feitores para o Brasil. Vejamos agora estas relações mais pormenorizadas. Um dos primeiros feitores foi Pedro Rouzée, aliás Rosel. Também pouco era Rouzée alemão como o pretende Oberacker no seu afa pangermanista e sim filho de Jehan Rouzée de Arras. Nós o encontramos em 1535 em Antuérpia, ligado a uma companhia de mercadores para levar mercadorias para a Espanha e de lá possivelmente para o Peru em busca de ouro, prata e pedras preciosas <sup>80</sup>. Em maio de 1548 já está ele tempo suficiente em São Vicente para ter tido a oportunidade de aumentar e melhorar as construções e os canaviais <sup>81</sup>. Naquela data foi visitado por outro flamengo, que não podemos identificar com certeza. Avançamos

76. H. Kellenbenz, *Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530*, in *Revista Portuguesa de História*, IX, 1960, p. 134.

77. *Dicionário de História de Portugal*, editado por J. Serrão, II, p. 510.

78. A. N. T. T., I, L., 1272 e 1611.

79. W. S. Unger, *De tol van Jerssekerord*, in *Rijks Geschiedkundige Publicatiën*, Kleine Série, XXIX, Hala, 1939, p. 96.

80. J. Srieder, *Aus Antwerpen Notariatsarchiven*, Berlin e Leipzig, 1930, p. 79.

81. E. Stols, *Um dos primeiros documentos sobre o engenho dos Schetz em São Vicente*, in *Revista de História*, LXXXVI, 1968, p. 415-419.

a hipótese que ele seja Sidrach Esquete, denunciado em Lisboa em março de 1557 por suas idéias heréticas, quando voltava do Brasil como capitão de um navio que levava o mesmo nome que o engenheiro "São Jorge" <sup>82</sup>. Outro pode ter sido Paulo Wernaerts, mencionado em Lisboa em 1557. A atividade comercial de Rouzée a serviço dos Schetz é atestada por dois visitantes ocasionais alemães: Ulrich Schmidel em 13 de julho de 1553 e Hans Staden no ano seguinte <sup>83</sup>.

Rouzée deve ter voltado anos depois para Lisboa e de lá para Antuérpia, pois em 1565 os Schetz enviam-no novamente para São Vicente. Vai no navio Santo Antônio do mestre Pedro Afonso do Porto, acompanhado de sua mulher Cornélia e de três outros feitores e servidores dos Schetz, Jaspas van Hilst, Georges Deens e Nicolas Fresto <sup>84</sup>. Mas o navio foi tomado por franceses e outros e em Antuérpia chegou a notícia que Rouzée se encontrava em Santo Domingo <sup>85</sup>. Não se sabe mais sobre o destino ulterior de Rouzée, mas por volta de 1568 negociava em Lisboa um Jerônimo Rouzée, provavelmente seu filho, como também residia aí um outro ramo da mesma família originária de Arras na pessoa Guillermo Rouzée <sup>86</sup>. Anotamos desde já que Jerônimo se casou com Maria Anselmo, de outra família flamenga envolvida no comércio brasileiro.

Em dezembro de 1568 contratam os Schetz outro fator: trata-se de Johan Martines, aliás João Martí, para partir para Lisboa e de lá para São Vicente, com salário de 150 florins carolus por ano e mais seus gastos de viagem e estada a cargo da firma <sup>87</sup>. Deverá ele morar na plantação e administrar com zelo os escravos e animais, vender as mercadorias enviadas da Europa e depois de dois anos acompanhar de retorno uma carga de açúcar, pau-brasil e outros produtos com obrigação de dar boa relação de sua administração e de eventualmente voltar uma segunda vez para o Brasil durante seu termo de seis anos. Devia ele aceitar como superintendente seja João Batista Maglio, se este pudesse

82. A. Batião, op. cit., VII, p. 10.

83. U. Schmidel, *Histoire véritable d'un voyage curieux*, editado por H. Ternaux-Compans, Paris, 1837, p. 248; H. Staden, *Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages*, editado por H. Ternaux-Compans, Paris, 1837, p. 216 e 326-328.

84. Arquivo Municipal de Antuérpia, Certificatboek k66, f.º 368.

85. *Ibidem*, f.º 369.

86. E. Stols, *De Spananse Brabanters*, op. cit., II, p. 57-58.

87. J. Strieder, op. cit., p. 383-385.

viajar de Lisboa para São Vicente, seja Pedro Rouzée, caso ele aparecesse por lá.

De fato Maglio foi ser o chefe de Martines em São Vicente. Era ele um italiano, que em 1565, teve dificuldades de pagamento e uma curta prisão <sup>88</sup>. Também seu filho Luis chegou em São Vicente por volta de 1578. Visivelmente o entendimento entre Maglio e Martines não foi dos melhores, segundo transparece de uma carta do padre Anchieta a Gaspar Schetz <sup>89</sup>. Martines, cujo contrato provavelmente tinha sido prorrogado, casou-se em 1578 e foi morar fora do engenho. Novo feitor na pessoa do parente Paulo Wernaerts foi mandado em 1579 <sup>90</sup>. Tanto ele como Maglio devem ter praticado malversações pois os herdeiros de Gaspar Schetz encarregam por volta de 1593 um novo enviado, Gerônimo Maya de vender a propriedade. Maya tomou por volta de 1600 no seu serviço durante dois anos um Holandês de Haarlem, Alberto Jacob, aliás Broque, que depois foi trabalhar como barqueiro no Engenho del Rei de Fernão Ribeiro de Souza na Bahia onde foi denunciado perante os inquisidores por suas palavras heréticas <sup>91</sup>. Mais uma vez suas ordens não foram corretamente executadas pois Maya vendera o engenho a Maglio. Em janeiro de 1603 eles procuravam mandar um seu agente, um tal de Antônio Dooqe, e como este não pode ir se dirigiram ao mercador flamengo de Lisboa, Jerônimo Goossens para ocupar-se de seus interesses. Goossens tinha negócios no Brasil e não é impossível que efetivamente tivesse ido lá intervir. Nada sabemos mais a não ser que nas hostilidades entre os holandeses de Joris van Speelbergen e os portugueses de São Vicente em 1615 o engenho foi queimado e destruído. Pouco antes, em agosto de 1612 outro flamengo Manuel Vandale e padres jesuítas, na base de uma procuração, se opuseram à venda do mesmo pelo provedor de autentes. Nesses últimos anos os padres da Companhia parecem ter desempenhado importante papel tanto de intermediários para a correspondência como de vigias e relatores sobre o comportamento moral dos feitores. Vale salientar esta ligação dos Schetz da segunda e terceira geração com os jesuítas quando nos lembramos dos contatos de Erasmo Schetz, de Sidrach Schetz e dos

88. J. A. Goris, op. cit., p. 355; C. Laga, *O Engenho dos Erasmos em São Vicente. Resultado de pesquisas em arquivos belgas*, in *Estudos Históricos*, I, 1963, p. 26.

89. E. Kieckens, *Une succrerie anversoise au Brésil à la fin du XVIe siècle*, in *Bulletin de la Société de Géographie d'Anvers*, VII, 1882, p. 472.

90. C. Laga, op. cit.

91. A. N. T. T., I. L., 3618.



seus parentes Van Hilst com o Humanismo e até com a Reforma. Ilustra bem a evolução e a capacidade de adaptação de uma grande família burguesa às correntes espirituais dominantes.

Conhecemos assim até agora várias das peripécias deste empreendimento flamengo em terras brasileiras e bem pouco de sua gestão capitalista. As contínuas dificuldades relatadas podem levar a crer que esta foi um malogro. Não encontramos nenhum livro de razão que ateste o contrário, mas repetidos investimentos não teriam sido feitos sem que o engenho desse algum lucro. Estes investimentos eram constituídos pela contratação de feitores e pela expedição de navios com equipamentos, mantimentos e mercadorias para vender. O flamengo mandado em 1548, por exemplo, levava consigo carne e bacalhau para os empregados e escravos a fim de obter um maior rendimento<sup>92</sup>. Em 1565 constavam da relação dos gastos feitos na expedição do Santo António, 21 pacotes de mercadorias no valor de 654.13.9 libras de grossos de Flandres, artilharia por 34.14.2, utensílios por 151.16.9, mantimentos de viagem por 59.1.1., diversas despesas para polvora, balas e outras coisas 76.14.11, mais 223.6.8. para o mestre do navio como garantia de seu frete de volta, 30 para o piloto e 16.13.4 de avanço de salário a Georges Deens, num total de 1309 libras e 9 soldos. Tão mais 10.000 libras de ferro em 269 peças<sup>93</sup>. No navio "O Unicorn" em 1579 as mercadorias, da maior variedade — têxteis, facas, espelhos, pinturas, pentes, até um orgão —, e os equipamentos — caldeirões, serrões — montam um total de 1027 libras 4 soldos e 6 grossos<sup>94</sup>.

Não temos nenhuma indicação precisa sobre a remessa de açúcar, mas é bem possível que açúcar de São Vicente tenha sido mandado para Flandres seja da própria produção ou seja de outros engenhos em troca das mercadorias. Também é provável que os Schetz já recebessem prata do Peru através do Brasil, como outros mais tarde.<sup>95</sup> Deste açúcar brasileiro que tomava então já o rumo de Flandres temos uma menção clara no testamento de Mem de Sá em 1569: Francisco Pires de Caminha levava para ele

92. E. Stols, *Um dos primeiros documentos*, op. cit., p. 415-419.

93. Arquivo Municipal de Antuérpia, *Certificaatboek 1566*, f.º 368.

94. C. Lager, op. cit., p. 20-24.

95. Em fins de 1601 esperavam Thyman Lubbertszoon e Jacob Steenholtm de Amsterdão 1225 reais de a oito e 4 caixas de açúcar do Brasil, mas que foram tomados perto de Lisboa por ingleses. *Resolutien des Staten-Generaal*, editados por H. Ripperman, in *Rijks Geschiedkundige Publicatiën*, Haarl., XII, p. 108.

mais de mil arrobas no navio "Roiete" para Flandres, onde devia empregar em mercadorias para o Reino<sup>96</sup>.

Nem por isso poderíamos concluir pelo êxito do engenho dos Erasmos. Os problemas da exploração são demais evidentes. Resumimo-los brevemente para ver em que medida estão ligados a particularidades políticas ou econômicas. A organização monopolística do comércio ultramarino de Portugal não parece ter afetado estes empreendimentos de Flamengos. Não consta que sua passagem ou sua estada no Brasil tenha sido perturbado por decretos proibitivos. A escala dos navios em Lisboa e dos enviados dos Schetz, se era exigida por lei, também se justificava pela necessidade da navegação e do abastecimento, como oferecia vantagens econômicas de complementação e diversificação da carga. Antes estavam estes flamengos querendo uma aplicação mais rígida do monopólio, como por exemplo João Veniste, que se juntou a Martin Alonso, Adão Gonçalves e Felipe Adorno para pedir à coroa os direitos exclusivos sobre o *hinterland* de São Vicente e sobre a exploração mineralógica<sup>97</sup>. Os únicos problemas políticos para os Schetz surgiram do lado dos piratas franceses, que tomaram o navio Santo António, e depois dos holandeses.

Portanto os problemas eram mais de ordem econômica. Se não sabemos nada sobre preços do custo da produção açucareira e da sua venda, temos várias indicações sobre os problemas da gestão técnica. Bem que Erasmo Schetz tinha com certeza experiência do negócio açucareiro através de suas ligações com Lisboa e na Madeira, deve-se ressaltar que ele adquiriu o engenho de São Vicente já no fim de sua vida, quando estava completamente envolvido nos negócios financeiros da praça de Antuérpia. Seus herdeiros da segunda e da terceira geração estavam mais ainda interessados antes de tudo em grandes negociações de créditos, em assuntos políticos e em sua ascensão na nobreza. O engenho brasileiro não se colocava no primeiro plano de suas preocupações. Nenhum dos Schetz, com exceção de Sidrach, um parente natural, parece ter estado e, ainda, muito menos permanecido no Brasil. Agiam eles bem diferentemente dos Lins e dos De Holanda e daqueles senhores de engenho cristãos-novos na Bahia, que residiam nas suas plantações ou tinham aí parentes imediatos e também viajavam freqüentemente entre o Reino e a colônia e mesmo

96. *Documentos para a historia do açúcar*, t. 3: *Engenho Sergipe do Conde*, *Espelho de Mem de Sá (1569-1579)*, Rio de Janeiro, 1963, p. 13.

97. *História Geral da Civilização Brasileira*, editada por S. Buarque de Holanda, II, p. 243-244.

Flandres<sup>98</sup>. Não exageramos se considerarmos os Schetz ignorantes e sobretudo distantes das condições da exploração açucareira.

Dependiam eles de feitores assalariados que deviam vigiar tanto a manutenção da maquinaria e dos prédios como o trabalho dos empregados e escravos e ainda providenciar o abastecimento em mantimentos e em cana e lenha. Além disso, cabia ao feitor a venda das mercadorias e a remessa do açúcar. Outra tarefa delicada era cuidar das terras para que os moradores vizinhos não invadissem aos poucos a propriedade. O encargo era grande mesmo se o feitor tivesse ajudantes. Para um assalariado era forte a tentação de zelar antes pelos seus interesses pessoais, contanto que não se deixasse seduzir pelos aspectos edênicos da vida em São Vicente. Se para este último problema os Schetz tinham apelado à fiscalização dos padres da Companhia, para o primeiro eles cometeram o erro de não suplementar o salário do feitor com uma participação no engenho. Erro tanto maior que naquela época as relações no comércio internacional se estabeleciam cada vez mais em correspondência e participação solidária e menos em feitoria e serviço assalariado. As contínuas desavenças dos Schetz com seus feitores mostram bem que lá se encontrava o ponto fraco de sua empresa ultramarina.

Outro fator que se deve levar em conta é a divisão da propriedade entre os vários herdeiros depois da morte de Erasmo em 1550. Nem todos estes estavam igualmente interessados no engenho brasileiro e esta dispersão prejudicou certamente sua boa gestão. Houve entretanto um reagrupamento das partes por volta de 1566-1569: Melchior tinha cedido seus interesses a Gaspar Schetz mediante a soma de 1339 florins e dez patacas em três pagamentos, enquanto Conrad Schetz agiu em companhia de seu cunhado Jehan Vlemincx, aliás João Flemingo, com o filho deste Arnoldo Flemingo e com Guillaume del Rheno, anteriormente feitor em Lisboa<sup>99</sup>. Conrad sofreu uma falência em 1572 com mais de 800.000 florins de dívidas, o que evidenciava o lugar mais que mo-

98. E. D'Oliveira França, *Um problema: a tração dos cristãos-novos em 1624*, in *Revista de História*, 1970, LXXXIII, p. 21-71; item, *Engenhos, Colonização e Cristãos Novos na Baía Colonial*, in *Colonização e Migração*, Anais do IV simposio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1969, p. 181-241.

99. H. de Groot, *De vermogensbelans van Melchior Schetz en zijn vrouw Anna van Stralen, met hun testament van 1 juli 1569*, in *Bijdragen tot de geschiedenis inzonderheid van het oud hertogdom Brabant*, LV, 1972, p. 248 e 258; B.-F. D'Urset, op. cit., p. 704.

desto da sua propriedade vicentina no conjunto de suas operações<sup>100</sup>. Um balanço seu de 1579 deixa aparecer várias operações importando centenas de libras, umas em direção de Palma de Canárias, outras provavelmente para São Vicente.

O balanço deste empreendimento não levou uma imensa fortuna para os Schetz mas familiarizou um punhado de flamengos com o comércio brasileiro e alguns servidores lucraram com certeza mais que seus mestres. Agora é preciso inscrevê-lo dentro de um verdadeiro movimento colonial em Flandres. Já mencionamos a colonização flamenga nas Canárias. Mas a partir de Portugal houve outras investidas flamengas no Brasil. Romão Perez, com casa comercial estabelecida em Lisboa e casada com um membro da família De Campos, também flamenga, possuía um engenho no Brasil, adquirido antes de 1568. Um seu amigo Jacques de Haene — de importante família de comerciantes de Antuérpia, à qual pertencia provavelmente o Francisco Dhane, acima mencionado e certamente Nicolas de Hane, exportador de armas para Lisboa em 1509 — ia levar mercadorias para o Brasil por conta de ambos, quando entrou em conflito com a Inquisição e 1558<sup>101</sup>. Em 1569 é seu cunhado Francisco del Campo, que costumava vender trigo no Terreiro, que, depois de penitenciado pela Inquisição, pediu autorização a esta última para poder acompanhar um feitor, empregado e mercadorias para o engenho de Perez no Brasil<sup>102</sup>. Sua filha Helena de Campos se casou com o importante mercador alemão em Lisboa Otto Voghel e herdou provavelmente a propriedade após a morte de seu irmão Romão Perez Filho<sup>103</sup>. Podemos presumir que esta era localizada na capitania de São Vicente, pois uma negra e seus descendentes chegaram nas mãos de Giraldo Bethinque, morador de São Paulo, e foram reclamados em 1614 pela viúva de Alexandre Voghel, neto de Romão Perez, Anna van Pelquen, que morava então em Antuérpia.

Os Lins, se eram de origem alemã, passaram por Antuérpia antes de estabelecer-se em Lisboa e em seguida no Brasil, mantiveram contactos estreitos com o meio de comerciantes flamengos. Foi na casa de Sebald Lins em Lisboa que o naturalista Carolus Clusius viu em 1564 papagaios e macacos trazidos do Brasil pelo

100. *Gegevens berteffende roerend en onroerend bezit*, op. cit., p. 382-383.

101. A. U. T. T., I. L., 5274 R. Doehaerd, op. cit., III, p. 219-220 e 240.

102. A. N. T. T., I. L., 7563.

103. H. Kellenbenz, *Relações econômicas*, op. cit., p. 297.

seu filho Rodrigo Lins<sup>104</sup>. Este e outros filhos administraram o engenho do pai em Pernambuco. Sebald Lins, provavelmente o filho, fleava devendo em 1578 para Andries Steur em Lisboa e pagou com uma carga de pau-brasil<sup>105</sup>. Um Sebald Lins ainda era assinalado em Olinda por volta de 1595<sup>106</sup>.

Existem outras indicações de contactos triangulares entre Antuérpia, Lisboa e o Brasil. Em 1563 chegou em Antuérpia um navio do Brasil com mercadorias para Cornelle Hals<sup>107</sup>. Um francês estabelecido em Antuérpia, François de Saint-Laurent, abriu falência em 1563-1564 depois de um empreendimento no Brasil<sup>108</sup>. Entre outubro de 1566 e setembro de 1567 um navio vindo do Brasil pagou ancoragem no porto de Middelburgo<sup>109</sup>. Os cônsules de Portugal em Antuérpia intervieram para libertar da prisão municipal Melchior Albares, Anthonio Chery, Pedro Borges e Juan Aldres, ignorantes da regulamentação municipal, que não tinham estado em outros lugares a não ser no Brasil e no mar, provavelmente marinheiros<sup>110</sup>. O Brasil está portanto bem presente na cosmopolita Antuérpia e nos Países Baixos, não só no seu comércio mas também nas edições e até na sua pintura, pois com fundamento identificou Erik Larsen um quadro do pintor Jan Mostaert como uma cena brasileira, um dos primeiros documentos pictóricos da terra de Santa Cruz<sup>111</sup>.

Já mencionamos a colonização flamenga nas Canárias. A partir destas ilhas ou mais ainda de Sevilha e dos portos andaluzes se profilou no mesmo período toda uma emigração flamenga para a América Espanhola, onde vários flamengos chegaram seja na mineração no artesanato, nas plantações ou no comércio a conquistar posições de destaque<sup>112</sup>. O movimento flamengo desta

104. C. Clusius, *Exoticorum libri decem*, Leiden, 1605, p. 55, 364 e 371; K. Oberacker, op. cit., p. 55.  
 105. J. Nanninga Litterdijl, *Een Kamper handelshuis te Lissabon, 1572-1594*, Zwolle, 1904, p. 47.  
 106. A. N. T. T., I, L., 1061.  
 107. W. Brulez, *De firma della Faille en de internationale handel van Vlaamse firma's in de 16e eeuw*, Brussel, 1959, p. 454.  
 108. E. Coornaert, op. cit., II, p. 57.  
 109. W. S. Unger, *Bronnen tot de geschiedenis van Middelburg*, op. cit., 3, p. 826.  
 110. *Collegiale Actenboeken, 1583-1585*, in *Archivumbieler*, Antuérpia, V, p. 264.  
 111. E. Larsen, *Once More Jan Mostaert's West-Indian Landscape*, in *Mélanges d'archéologie et d'histoire de l'art offerts au professeur Jacques Lauvillie*, Louvain, 1970, p. 127-137.  
 112. Pretendemos desenvolver este tema num artigo a ser publicado nas *Mélanges C. Verhulden*.

época é portanto quase comparável à penetração dos genoveses dentro do monopólio colonial ibérico.

A conquista de Portugal por Felipe II não veio ameaçar suas posições. Muito pelo contrário. Nos anos de 1580 até a invasão do Brasil pelos holandeses a colônia flamenga em Lisboa conheceu um espetacular crescimento. Isto em relação sem dúvida com a crise de Antuérpia de 1569-1585, que dispersou pela Europa toda uma diáspora não só em direção aos países protestantes, os Países Baixos Setentrionais, a Inglaterra e a Alemanha, como já é comumente admitido, mas também para os países meridionais e católicos: Itália, Espanha e Portugal. A nosso ver não foi a religião o fator determinante desta migração e sim o potencial demográfico e técnico acumulado em Antuérpia e nos outros centros comerciais de Flandres junto com as necessidades da estrutura e da organização do novo comércio internacional<sup>113</sup>. Este não se baseava mais em monopólios (por exemplo o veneziano ou depois o português na venda das especiarias) nem em eixos fixos e bipolaridades (como por exemplo Lisboa-Antuérpia) mas em múltiplas e contínuas alternativas, numa verdadeira concorrência. Até a década de 1560 Antuérpia tinha conseguido impor e manter um monopólio na distribuição dos produtos coloniais portugueses a ponto de abastecer não só os mercados da Inglaterra, da Alemanha, do Báltico e da França, mas mesmo de reexportar pau-brasil para Livorno na Itália<sup>114</sup>. Do tamanho deste comércio de Antuérpia com Portugal podemos fazer uma certa estimativa pelo número de navios que passavam por Middelburgo, "avant-port" na entrada do rio Escalda: partindo para Portugal, de 10 de fevereiro de 1544 até 9 de outubro de 1544, 107 navios num total de 298<sup>115</sup>. Um documento inglês de 157 o estimava em meio milhão de ducados a

113. E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., p. 254-257.  
 114. J. A. van Houtte, *Anvers*, in *Citta, mercanti, doctrine nell'economia europea*, Milano, 1964, p. 297-319; O. de Smeth, *De Engelise rechte te Antwerpen in de XVIe eeuw*, Antuérpia, 1950-1954, 2 vol.; W. Bruez, op. cit.; E. Coornaert, op. cit., p. 150-151, 284 e 291, II, p. 111 e 114; R. Gasson, *Grand commerce et vie urbaine au XVIe siècle*, Lyon et ses marchands, Paris e Hala, 197, p. 88-89, 97 e 122-126; H. van Der Wee, *The Growth of the Antwerp Market and the European Economy (Fifteenth-Sixteenth Centuries)*, Louvain, 3 vol.; F. Brundel e R. Romano, *Nauvres et marchandes à l'entrée du Port de Livourne (1547-1611)*, Paris, 1951, p. 34; G. J. Granulla, *Handelsbeziehungen Kölner Kaufleute zwischen 1500 und 1650*, Colonia e Viena, 1972, p. 317-319.  
 115. W. S. Unger, *Middelburg als handelsstad (XIIIe tot XVIe eeuw)*, in *Archief, Vroegere en latere mededeelingen voornemlijk in betrekking tot Zee-land*, 1935, p. 53.

contribuição do comércio de Portugal para as finanças dos Países Baixos <sup>116</sup>.

Esta posição dominadora entretanto se desgastou rapidamente a partir de 1570 não só por causa dos tumultos políticos e religiosos nos Países Baixos mas pela ascensão de concorrentes poderosos como Ruão, La Rochelle, Colônia, Londres, Hamburgo, Amsterdão, que se emanciparam da mediação antuérpiana e estabeleceram contactos directos seja ainda com Lisboa ou seja com o Brasil mesmo e outras colónias ultramarinas de Portugal. Ao ponto que até mercadorias flamengas para o Brasil não se exportavam mais só por Antuérpia e Lisboa mas por La Rochelle por exemplo <sup>117</sup>. Esta mudança profunda da geografia e da estrutura comercial afetou naturalmente a organização das casas comerciais. As firmas do tipo italiano ou alemão como os Affaitadis ou os Fuggers com seus contratos de companhia e com seus feitores assalariados não tinham suficiente mobilidade para adaptar-se continuamente à chegada das mercadorias coloniais em diferentes mercados e ao jogo de preços. Mais adequado vinha a ser o sistema de correspondentes dispersos por todas as praças importantes e ligados entre si não por estritas obrigações contratuais nem salariais mas antes pela prestação recíproca de serviços e de comissões, pela participação mútua em negócios limitados e temporários e por laços de parentesco e de amizade quase de tipo feudal.

Nesses termos muitos flamengos se estabeleceram em Lisboa a partir dos anos 1570 correspondendo com parentes e conhecidos não só em Antuérpia mas também em Amsterdão e Middelburgo, Hamburgo, Colônia e Francoforte, Bremen, Danzig e Koningsbergen, Calais, Ruão, Saint-Malo, Nantes, La Rochelle, Bordeaux e Bayonne, Sevilha, Cadiz, Livorno e Veneza, Londres e Dover. Em anexo 1 mencionamos perto de 40 nomes de grandes correspondentes flamengos de Lisboa. Nas primeiras décadas do século XVII esta imigração flamenga se acentuou e em anexo 2 segue uma lista bem mais comprida. Não só Lisboa mas também os outros portos portugueses receberam correspondentes flamengos, como Hendrik Snel, Pedro van Susteren, Francisco Vlamings, Daniel van den Steen, aliás de la Pedra, Hendrik de Groot, João Rieelman, Jacques e Mathias van Lom no Porto, e Paulo Sonio, Lenart van Lom, Guilherme Rubim em Viana, Adrião Vermes em

<sup>116</sup>. V. Magalhães-Godinho, *L'économie de l'empire portugais au XV et XVIe siècles*, Paris, 1969, p. 493.

<sup>117</sup>. E. Trocmé e M. Delafosse, *Le commerce Rochelais de la fin du XVIe siècle au début du XVIIe*, Paris, 1952, p. 75 e 100-101.

Setúbal <sup>118</sup>. Esta última cidade tinha poucos mercadores de residência permanente por causa da pouca distância de Lisboa e a colónia flamenga ali era constituída sobretudo de intérpretes, artesãos e marinheiros. Na fronteira do Algarve com a costa andaluzia tinha Ayamonte certa importância para compra de açúcares, mas aí podemos só mencionar Juan Sanches Gomes e Rodrigo Sanches que tinham por volta de 1613-1614 relações com Antuérpia <sup>119</sup>. As ilhas também eram procuradas como postos de correspondência, por exemplo por Luis Dolfus Bormans, Fernan Jacques, Pedro de Bontemps, Pedro Hercke aliás Arca, Guilhelme de Bus nos Açores em Ponta Delgada, Jacob Conck, Jonis Iel Roulx, Simon Haesweert, Adriaan Sprange, Jan Sinck, Pieter Bris, Guilherme Rodrigues Haeps na Madeira <sup>120</sup>.

Esta colónia flamenga, que somava certamente mais de 100 membros ativos, formava assim uma importante minoria na vida comercial portuguesa. Ela era relativamente bem organizada e, no entanto, bem integrada. Na primeira geração a endogamia parecia a regra e um só parentesco veio a ligar nomes como Pels, Condetorf, Snel, Bachillier, Cado, Drave, Vel, Beninck, de Vadder e de Cordes. Surgiam verdadeiras dinastias como os Pery de Linde, os Sinel de Cordes, que ecoariam por vários séculos na vida portuguesa. Já na segunda geração o casamento com portugueses se tornava mais frequente. Sua vida social e religiosa se desenrolava nas confrarias. Ao lado da confraria de São Bartolomeu, estabelecida na igreja de São Julião e que congregava tanto flamengos como alemães, existia também a Irmandade da Capela da Vera Cruz e de Santo André no Convento dos Dominicanos, que se abria mais exclusivamente aos flamengos. Ambas se distinguiam com insígnias vistosas e tochas nas procissões pela cidade etc. Quando da entrada de Felipe II em Lisboa obtiveram o prêmio da melhor obra de decoração com uma ponte e um arco na Praça

<sup>118</sup>. E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., II, passim.

<sup>119</sup>. Arquivo Plantin-Moretus, Antuérpia, Manuscritos, 1261, Libro de Car-gazon.

<sup>120</sup>. E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., II, passim; M. O. da Rocha Gil, *O Porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII*, in *Do tempo e da história*, III, 1970, p. 51-130; A. Schouteet, *Indices op de builten-poortersboeken van de stad Brugge, 1548-1788*, Handzame, 1965, p. 129; H. Oltzen, *Journael van de reis naar Zuid-Amerika. (1598-1603)*, editado por J. W. I. Ilzerum, in *Werken Linsehoften-Vereeniging*, XVI, Hala, 1918, p. XXVII; T. Beasley Duncan, *Atlantic Iglanda, Madeira, the Azores and the Cap Verdes in Seventeenth-Century, Commerce and Navigation*, Chicago e Londres, 1972, p. 55 e 57.

<sup>121</sup>. J. Gomes de Brito, *Ruas de Lisboa, Notas para a história das vias públicas lisboenses*, Lisboa, 1935, III, p. 81.

da Ribeira <sup>122</sup>. Assitidos por religiosos compatritotas, jesuítas ou dominicanos, conseguiram livrar-se da suspeita heresia. Só excepcionalmente alguns foram por causa de conduta escandalosa ou de proposições, chamados diante da Inquisição e sucessivamente penitenciados. Pelo contrário, muitos filhos de flamengos se habilitaram como familiares perante o Santo Ofício. Outros, como por exemplo Gaspar Condetorf faziam reconhecer sua nobreza <sup>123</sup>. Um convento de freiras flamengas foi criado para acolher suas filhas e assim mesmo as ordens religiosas portuguesas se abriam para os segundos filhos dos mercadores flamengos. A aquisição de quintas perto de Lisboa consagrava seu *status* dentro da alta sociedade portuguesa.

Como mercadores eram flamengos privilegiados de longa data <sup>124</sup>. Várias vezes estes privilégios foram confirmados e aumentados <sup>125</sup>. Da sua manutenção no fim do século XVI testemunhou Linschoten: franquia de impostos sobre seu consumo pessoal e de impostos especiais para o bem do país, liberdade das suas casas de vestir-se a gosto, de circulação noturna com ou sem armas, luz e acompanhamento e de viajar no interior do país <sup>126</sup>. Tinham seu juiz privativo e seus próprios solicitadores. Existia também um consúlar dos flamengos e dos alemães: André Nuntio em 1571, Juan Zelarte em 1590, depois Conrado Rott e Johan Campferbeck. Mas sua função se relacionava mais com os navios e seus capitães e marinheiros do que com os mercadores. Os representantes destes para com as autoridades eram antes os mordomos e os irmãos da Confraria de Santo André.

Um dos privilégios mais importantes era sem dúvida o livre comércio com as colônias. De fato dezenas de flamengos pareciam ter comercializado livremente com o Brasil ou as Índias Orientais e viajado para lá. Em Goa existia por volta de 1570-1610 uma numerosa colônia flamenga. O chamado monopólio português era portanto largamente aberto aos flamengos como, aliás, também a

122. *Itinerario. Voyage ofte schifpouert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*, editado por H. Kern, in *Werken Linschoten-Vereeniging, Haia, 1910-1939*, I, p. 5.

123. J. Nanninga Luterdijk, op. cit., p. 339.

124. J. Doucet, *Privileges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles)*, in *Archivo Historico Portuguez*, VII, 1909, p. 310-319 e 377-392; V. Rau, op. cit.

125. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, 9820, existe uma cópia de vários privilégios, confirmados para Hans van Peltken em 1570.

126. *Itinerario*, op. cit., V, p. 405-406.

outros estrangeiros <sup>127</sup>. Se proibição existia era antes do lado flamengo, onde por exemplo até 1567 o uso do pau-brasil era proibido como corante no centro têxtil de Hondschoote <sup>128</sup>.

A situação em Lisboa era assim diferente de Sevilha, onde em princípio o comércio de Índias era proibido a todos que não fossem castelhanos, se bem que na realidade outorgava-se frequentemente naturalizações a flamengos e licenças para comerciar com ou em Índias e existiam vários meios de contornar e burlar esta proibição. Poderia presumir-se que a ascensão de Felipe II em Portugal viesse a mudar esta situação favorável. Entretanto uma cédula de Felipe II em 1582 autorizava certos alemães e flamengos comerciarem sem pagar tributos em suas colônias portuguesas <sup>129</sup>. Uma carta de João de Teive em 1587 admoestava o novo rei sobre os danos para a Fazenda Real provenientes do comércio dos estrangeiros <sup>130</sup>. Mas ainda em 1588 mercadores portugueses em Antuérpia atestaram, a rogo de Henrique Huischer, que os hanseáticos em Lisboa podiam livremente comerciar com o Brasil <sup>131</sup>. Uma situação visivelmente um tanto confusa. Em 9 de fevereiro de 1591 uma lei de Felipe II veio proibir a ida de navios estrangeiros ou de estrangeiros para o Brasil ou outras colônias, mas introduziu, seguindo a moda espanhola, um sistema de licenças mediante fianças que na volta passariam por Lisboa e não dirigiriam-se diretamente para o Norte <sup>132</sup>. Somente, quando os holandeses já tinham furado seriamente o comércio português no Oriente e organizado com êxito sua Companhia das Índias Orientais, pretendia uma ordem de Felipe III em 18 de março de 1605 revogar o privilégio e as licenças e abolir todo tipo de facilidades, mandando inclusive voltar para Portugal os estrangeiros já estabelecidos nas colônias. Até o comércio colonial para os estrangeiros residentes em Portugal sofreu, então, severas restrições, pois no mesmo período Felipe III ordenava a expulsão de Portugal de todos os holandeses, nascidos nas províncias rebeldes do Norte, e de todos os

127. B. W. Diffe, Os "Privilégios" legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil, do século XVI, in *Conflicto e continuidade na sociedade brasileira*, editado por H. H. Kellh e S. F. Edwards, Rio de Janeiro, 1970, p. 3-24.

128. E. Coomert, *Un centre industriel d'autruiors, La draperie-sauietère d'Hondschoote, XIIIe-XVIIIe siècles*, Paris, 1930, p. 197.

129. Viso na I Exposição nacional histórico-antillar em Sevilha, junho 1971; aplicado por Jacques van Reda para seus fatores Jacques Villat e Jacques Godin.

130. A. N. T. T., *Corpo Cronológico*, Parte Ia., mac. 112, dec. 27.

131. J. Srieder, op. cit., p. 402.

132. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Conselho Ultramarino, codex 1193, n.º 3.

outros flamengos que tivessem lá parentes, medida essa que logo depois foi transformada em afastamento da costa e dos portos doze milhas terra adentro. Não confundimos entretanto a legislação da época com a realidade. Tentemos antes avaliar a efetivação e compreender a motivação de todas estas medidas.

Entre a ascensão de Felipe II e as medidas vexatórias de Felipe III temos um quarto de século que, apesar da crescente luta entre espanhóis e holandeses ofereceu um verdadeiro aumento e consolidação para o comércio brasileiro dos flamengos de Lisboa. Ao lado dos Schetz, dos Holandas e dos Lins surgem agora nomes novos. Andres Pedro, nascido em 1563 no Limburgo perto da fronteira alemã, chegou depois de uma estada em Danzig bem moço ainda em Lisboa para servir um mercador flamengo de nome Ludovicus<sup>133</sup>. Uma primeira viagem o levou às costas africanas da Guiné, São Tomé e Angola. Em 1585 partiu para Pernambuco, recomendado a Fernão Soares, para quem trabalhou como caixeiro. Pouco depois, voltou para a Zelândia e retornou a Pernambuco no navio de Lamberto Petre, carregado em Cadiz de azeites e de vinhos. Desta vez se estabeleceu com mercador correspondendo com João du Bois em Lisboa e com Guilherme Maes e Adriaan van Nispen em Antuérpia. Através de seus negócios em Olinda conhecemos nomes de outros flamengos ali estabelecidos por volta de 1594: Manuel Nunes "Flamengo" a rua da Rocha, Estevão Sneewater, Nicolas Silvestre mencionado em 1618 como lavrador de canas na Paraíba e que seria de origem francesa, criado em Lisboa, Guilherme Fautier aliás Fraute e Henrique Bernaldes, representante de um importante grupo de mercadores flamengos e portugueses. Pedro foi denunciado em 1594 como herético e simpaticizante dos ingleses ao visitador da Inquisição por um seu compatriota Agostinho de Olanda, proprietário de um engenho, mas que lhe devia muito. O navio, que o levou preso para Lisboa, foi tomado por piratas de La Rochelle. Pedro, munido de certificados dos jesuítas de Antuérpia, se apresentou no entanto aos inquisidores de Lisboa e seu caso não teve maiores conseqüências.

Outro flamengo, que conhecemos através de um processo da Inquisição, é Antônio Billiet aliás Vilhete, filho de um prateiro de Bruges, que na ocasião dos distúrbios religiosos se refugiou em Cadiz<sup>134</sup>. Com apenas quinze anos embarcou para Pernambuco,

133. A. N. T. T., I. L., 1061; *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil, pelo licenciado H. Furtado de Mendosa. Denunciações de Pernambuco, 1593-1595*, São Paulo, 1929, p. 86-87, 253-256 e 258-260.  
134. A. N. T. T., I. L., 63555; *Primeira visitação*, op. cit., p. 165-167 e 232-233.

onde trabalhou com os ourives Antônio Ferreira e Francisco Mendes e em seguida como caixeiro na propriedade de Fernão Soares. Denunciado por companheiros de trabalho levou uma pena leve: Posteriormente chegou até Lima, onde morreu em 1610 como mercador abastado. Provavelmente seguiu a rota que da Bahia através do Rio da Prata corria para o Alto Peru a procura do metal precioso.

As visitas dos Inquisidores nos fazem conhecer ainda outros flamengos: Francisco Jerônimo, alfaiate, que depois de alguns anos em Lisboa estava para embarcar para o Brasil em 1597 no navio São Jorge do mestre Mateus de Roterdão<sup>135</sup>; mestre Conrado Jansen aliás João, cirurgião, estabelecido alternativamente no Pôrto e nos Açores, de onde visitou o Brasil entre 1602 e 1610<sup>136</sup>; Maria de Almeida, a Flamenga "mulher do mundo"<sup>137</sup>; João Adriano, mercador em Salvador e proprietário de uma casa de meios perto de Mataripe e seu primo Alberto Framengo<sup>138</sup>; Agostinho Fernandes tecelão de tapeçaria estabelecido na Bahia por volta de 1580 e falecido ai antes de 1591<sup>139</sup>; Alberto Rodrigues, servidor de Andres Pedro, em Pernambuco<sup>140</sup>; Hans Framengo, aliás Joan Ans, matineiro na urca Abraham, arribou em 1591 perto de São Cristovão de Sergipe<sup>141</sup>; João Jacques, artilheiro no navio de Gaspar Pires Maciel, de Viana, foi denunciado em 1605 no Recife por suas declarações heréticas<sup>142</sup>; Anrique Flamengo partiu para o Brasil a serviço do governador Diogo Botelho e foi acusado de sodomia em 1618 quando então já vivia casado em Pôrto Calvo<sup>143</sup>; João d'Araújo, aliás Abraham Cabalhão, filho do mercador Francisco Kabeljauw de Leiden, veio para a Bahia por volta de 1608 e serviu ai aos cristãos-novos Afonso Dias Henriques e Diogo Lopes Franco<sup>144</sup>; João Poré Montaloux, de Antuérpia, soldado na Bahia<sup>145</sup>; João Gomes Duarte, que veio muito moço a serviço na Bahia como caixeiro de Jorge Ferreira e de outros mercadores e ainda residia ai solteiro em 1618<sup>146</sup>;

135. A. N. T. T., I. L., 4024.

136. A. N. T. T., I. L., 13071.

137. *Primeira visitação*, op. cit., p. 355-356.

138. *Primeira visitação*, op. cit., p. 356-357; G. Soares de Souza, *Notícia do Brasil*, editado por Firajá da Silva, São Paulo, s.d., I, p. 280.

139. *Primeira visitação, Denunciações da Bahia*, 1591, p. 492.

140. *Primeira visitação*, op. cit., p. 86-87.

141. A. N. T. T., I. L., 8562.

142. A. N. T. T., I. L., 9527.

143. *Segunda Visitação*, p. 381-386.

144. *Segunda Visitação*, p. 434-436 e 477.

145. *Segunda Visitação*, p. 457-458.

146. *Segunda Visitação*, p. 477-478.

João Fernandes, solteiro e ferreiro, morador na Bahia em 1618 <sup>147</sup>. O memorial de todos os estrangeiros insuspeitos em 1618 nos traz os nomes de Jacques Fernandes, filho de flamengos mas nascido em Lisboa lavrador de canas na Paraíba desde os anos 1590; Jacques Vandermee, morador na capitania de Itamaracá desde os anos de 1590, lavrador de canas em Goyana, duas vezes casado com muitos filhos; Rodrigo Ermeles, residente também de longa data em Goyana, casado com muitos filhos, velho e vivendo de esmolas; Baltasar Belarte, lavrador em Porto Calvo, estabelecido na capitania de Pernambuco antes de 1590 casado com filha de família importante; Pedro Salamaão, na Bahia desde os anos 1580, casado mas pobre; e de outros já mencionados ou que se vieram <sup>148</sup>. Eis uma colônia de flamengos com emprêgos dos mais variados e bastante bem integrados no meio, mas sem grande projeção econômica.

Havia, entretanto, vários negociantes de maior importância. Flamengos e, também, alemães eram os Hulscher, dos quais os irmãos Henrique, Adam e João tratavam respectivamente em Antéripia, Hamburgo e Lisboa, bem dentro do esquema acima mencionado <sup>149</sup>. Da mesma família residia no Brasil desde aproximadamente 1580 Evert Hulscher aliás Duarte Osquer, dono de um engenho na ilha de Itaparica e de um navio e cuja presença foi assinalada em Cordoba, talvez em relação com o decanado da prata peruana. Em 1599 ele participou com Hans van Liffelle e Jacques Casembroot na carga do navio São Jorge levado da Bahia para Amsterdão <sup>150</sup>. Ainda em 1618 morava na Bahia com sua família, subsistindo "pobremente da sua roça" como o apresenta o memorial supracitado seja para não levantar suspeitas e inveja seja porque perdeu mesmo uma parte de seus bens nas mãos dos piratas holandeses. Devemos relacionar provavelmente com esta família Hulscher Guilherme Holsquer, residente em Olinda por volta de 1595 e mencionado na denúncia do supracitado Andrés Pedro. Bastante conhecido Manuel van Dale, casado com Mag-

dalena Holsquer, irmã de Duarte. Ele teve que voltar para Portugal por volta de 1606 em consequência da ordem de Felipe III. Logo ele endereçou ao rei uma petição para poder retornar para a Bahia <sup>151</sup>. Mas no Conselho da Índia, que deliberou sobre seu pedido, surgiram curiosas acusações a seu respeito. Ele teria a intenção de voltar para a Bahia não para buscar sua mulher como ele alegava mas para levar seus escravos junto com seu cunhado Osquer terra adentro, indo de engenho a engenho sublevar os escravos, juntar uma força militar e apossar-se da terra brasileira. Um plano deste tipo não seria completamente imaginário, pois outro flamengo, Dirk Rinters, um Capitão de Middelburgo, queria que os escravos expulsem a pau os portugueses e propunha manipular os "levantados" <sup>152</sup>. Assim mesmo ele conseguiu voltar pois apareceu em 1612 em São Vicente. Em fevereiro de 1611 o rei se conformou com uma nova consulta do Conselho da Índia a seu respeito, que provavelmente deve ter sido favorável <sup>153</sup>. Em 1614 seu nome apareceu como testemunha em Antéripia, de onde era natural <sup>154</sup>.

Um Paulo Sivres alias Cibres, mencionado em 1595 em Olinda, encontramos no ano seguinte em Veneza negociando paubrasil <sup>154</sup>. O mesmo residia ainda em Pernambuco em 1618 <sup>155</sup>. Provavelmente à mesma família pertencia Jan Syvertsz, que em 1604 trouxe um navio carregado de açúcar para Amsterdão <sup>156</sup>. Jaspas Basiliers filho, da família Bachillier com parentes em Antéripia, Amsterdão e Lisboa comprometer-se em abril de 1600 a estabelecer na Bahia sob as ordens de Cornelis Snellinx e Jerônimo de Vadder de Lisboa, Vincent van Hove de Antéripia, Hendrik Uylens de Roterdão e mais outros mercadores de Amsterdão <sup>157</sup>. Hans van Liffelle, com parentes em Hamburgo, esteve no Brasil antes de 1607 e trouxe de volta não só mercadorias mas também

147. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio a Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil no anno de 1618, in *Annuaire da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, XLIX, 1936, p. 174-176.  
148. Livro Primeiro do Governo do Brasil, 1607-1633, Rio de Janeiro, 1958, p. 183-185.  
149. H. Kellenbenz, *Relações econômicas*, op. cit., p. 296-397.  
150. O. van Noort, *De Reis om de Wereld, 1548-1601*, editado por J. W. IJzerman, in *Werken Linschoten-Vereeniging*, XXVII, Hala, 1926, II, p. 264-265; Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil, 1500-1639*, editado por Capistrano de Abreu e R. Garcia, São Paulo, 1954, p. 273 e 301.

151. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Consultas do Conselho da Índia, 51-VIII-48, f.º 125, 136 e 159-160.  
152. D. Rutgers, *Toortse der zee-veert*, editado por S. P. L'Honoré Naber, in *Werken Linschoten-Vereeniging*, VI, Hala, 1913, p. 15 e 16.  
153. Arquivo Geral de Simancas, Secretarias provinciales, Livro 1498, f.º 99 verso.  
154. H. Kellenbenz, *Relações econômicas*, op. cit., p. 297.  
155. A. N. T. J., I. L., 1061; W. Brulez, *Marchands flamands à Venise*, t. I: (1568-1605), Bruxelas e Roma, 1965, p. 218.  
156. L. da Fonseca, *O Brasil e os estrangeiros*, in *Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies*, Washington, October 16-20, 1950.  
157. E. M. Koen, *Notarial Records in Amsterdam Relating to the Portuguese Jews in that Town up to 1639*, in *Studia Rosenthaliana*, III, 1969, p. 123.  
158. H. Otsen, op. cit., p. XXVII-XXXVIII.



um caderno com desenhos seus da fauna e flora brasileira<sup>158</sup>. Caso interessante é o de Gregório Niderhoffer, aliás Nunes, aliás Nidroph, aliás Ledrof, nascido em Lisboa em meados do século XVI de pai flamengo e mãe cristã-nova. Quando foi denunciado por judaísmo em Salvador em 1591, já estava comerciando alguns anos no Brasil<sup>159</sup>. Tinha um correspondente na Madeira, Guilherme Leonarte, casado com sua irmã. Um irmão, Diego, casado com Johanna de Salinas, da numerosa família flamenga de Lisboa, tratava alternativamente em Amsterdão e Lisboa<sup>160</sup>. Suas dificuldades com a Inquisição não parecem ter impedido a continuação de seus negócios, pois ainda em 1598 foi mencionado num acerto de contas com Rodrigo Rodenburg de Amsterdão<sup>161</sup>.

Lucas van de Venne, nascido em Antuérpia em 1574, contraiu sobretudo nas costas africanas nas passagens também uma temporada no Brasil antes de se casar em Amsterdão em 1609<sup>162</sup>. Hans Heye e Jerônimo Goossens trabalharam também no Brasil, o primeiro em Pernambuco, por volta de 1600, como comissários de Carlo Hellemans de Veneza e de Johan van der Veken de Roterdão<sup>163</sup>. Jan van den Castele, aliás João Castelli carregou em 1603 navios com açúcar e pau-brasil de Pernambuco em combinação com Henrique Bernaldes em Lisboa, Dominicus van Uffele em Hamburgo e Manuel Rodrigues Veiga em Amsterdão, para onde se trasladaria em 1605<sup>164</sup>.

Peter Belten, nascido em Antuérpia em 1565, chegou por volta de 1609 em Amsterdão depois de seis anos passados no Brasil e suficientemente afortunado para poder pretender a rica viúva de Maurice de la Fons, Levine Caluwerts, também de Antuérpia<sup>165</sup>. Juntos totalizavam a fortuna de 25000 à 30000 libras. Belten já se tinha inscrito anteriormente por 3.600 florins na fundação da Companhia das Índias Orientais<sup>166</sup>. Entre suas relações comerciais apareceram Henrique Bernaldes, Pedro de Salinas

158. C. Clusius, *Rariorum Plantarum Historiae*, liber I, p. 42-46.

159. *Primeira visitação*, op. cit., p. 317-319.

160. A. N. T., T. I, L., 13064.

161. E. M. Koen, op. cit., II, 1968, p. 115.

162. E. M. Koen, op. cit., VI, p. 232-233.

163. *Resolufien*, op. cit., XI, p. 344.

164. E. M. Koen, op. cit., III, 1969, p. 114-118, 120-121; 237, 240-241.

165. *Resolufien*, op. cit., XV, p. 236; E. M. Koen, op. cit., III, p. 117, V, p. 117, V, p. 110 e 240, VI, p. 111; E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., I, p. 376-377.

166. W. S. Unger, *Het inschrijftregister van de kamer Zeeland der Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, in *Economisch-Historisch Jaarboek*, XXIV, 1950, p. 21.

e Domingo Rodrigues de Lisboa e Hans van Uffele de Amsterdão. Outro que chegava então em Amsterdão, Pieter du Molynd declarava também ter vivido no Brasil de 1594 até 1606, seguido por uma estadia em Lisboa<sup>167</sup>.

De origem antuérpiana ainda era Gaspar de Mere, casado com Isabel de Perálta, que depois de sua passagem por Lisboa entre 1587 e 1600 foi para a capitania de Pernambuco e adquiriu um engenho perto do cabo de Santo Agostinho, São Marcos em Marapatigibe<sup>168</sup>. Em 1613 estava ainda em Lisboa, desalojado do Brasil como tantos outros pela medida de Felipe III, e Lucas van de Venne de Amsterdão pedia contas de mercadorias por ele recebidas anteriormente em Olinda, nas quais estava também interessado Duarte Dias de Flandres<sup>169</sup>. Pouco depois, conseguiu também voltar para Pernambuco, onde foi relacionado como morador em 1618. Mas, desta vez, foram os ataques holandeses que o expulsaram de sua propriedade. Seu neto, o doutor Gaspar de Méri e Sousa, cosmógrafo e lente de matemática na Universidade de Coimbra, constitui um bom exemplo da integração destes flamengos na sociedade portuguesa<sup>170</sup>. Temos uma figura semelhante em Pedro de la Houst, alias de Laost, que depois de uma permanência em Lisboa se fixou por volta de 1600 em Pernambuco. Casou com gente principal da terra e viveu aí de suas propriedades, ainda em 1618, morrendo por volta de 1630<sup>171</sup>.

Denis l'Hermite, conhecido *asentista* de Antuérpia, muito chegado ao serviço da coroa espanhola pelas provisões em dinheiro e pelo fornecimento de material bélico, madeira e petrechos, se interessava pela exploração mineralógica no interior da capitania de São Vicente e oferecia ao rei encarregar-se do envio de técnicos alemães e do material mediante uma licença para extração da prata durante dez anos<sup>172</sup>. Seu pedido data do ano de 1606, portanto pois à expedição de dom Francisco de Souza, na qual participaram outros flamengos. Um destes, Willem Joosten Glimmer aliás Guilherme Jost ten Glimmer, autor de um roteiro e associado com um compatriota proprietário de duas fazendas em Santos,

167. E. M. Koen, op. cit., V, p. 110 e 240.

168. Arquivo Geral de Simancas, Secretarias provinciais, livro 1498, f.º 10 e 74 verso; E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., II, p. 47.

169. E. M. Koen, op. cit., VI, p. 229.

170. Sousa Viterbo, *O doutor Gaspar de Mere*, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, 1909-1910, III, p. 377-382.

171. *Livro primeiro*, op. cit., p. 184; E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., II, p. 37.

172. British Museum, Londres, Manuscripts, Ad. 28428, f.º 213.



encontramos anos depois em 1613 em Amsterdão, mercador de sedas e avalista de mercadores tratantes com o Brasil como Nicolas du Gardins e Gonçalo e Duarte Ximenes, estes dois últimos de Antuérpia 173.

Temos assim suficientes elementos e indicações, embora dispersas e incompletas, para poder afirmar que para os flamengos o comércio com o Brasil do fim do século XVI e do início do século XVII não só era acessível mas ocupava um lugar de destaque dentro da geografia e do volume de suas operações. Não é fácil corroborá-lo com dados quantitativos já que estas operações eram extremamente complicadas, e visto a perda de muita documentação portuária. Podemos entretanto avançar umas aproximações. Hans de Schot, com sua casa comercial estabelecida em Amsterdão, cunhado dos Anselmos de Antuérpia e de Lisboa, freitou sua conexão com António Anselmo de Lisboa de 1595 a 1597 sucessivamente os seguintes navios em direção a Bahia ou Pernambuco: o "Gulden Leeuw" ou Leão Dourado do capitão Ben Janssen de Enkhuizen, o "Sant Oloff" de Gerrit Pieterszoon Slach de Medemblik, o "Eenhoon" ou Unicornio de Joris Adriaensens de Medemblik, um navio com capitão Jacques Adams, o "Sint Pieter" de Cornelis Janssen de Broek, o "Vogelstruyts" ou Avestruz de Cornelis Walraven, o "De Jager" ou Caçador de Jacob Jacobszoon, "Het Paradis" ou Paraíso de Pieter Janssen de Riga, ou seja 8 navios em três anos 174. Por volta de 1607 o número de navios holandeses na rota brasileira era calculada em 15 175.

Um exemplo da carga que podia trazer cada navio: em março de 1596 Francisco Vriens recebia em Veneza pelo navio de Dirk Willemsen vindo de Pernambuco 752 caixas de açúcar e 100 quintais de pau-brasil expeditos pelo seu conterrâneo Henrique Bernaldes 176. Existem alguns dados sobre a venda de açúcares no mercado antuérpiano pelas mãos de mercadores portugueses: perto de 5000 caixas, das quais pelo menos 723 de origem brasileira, em 1570; 18.966 caixas, das quais a maior parte, 16.201 brasileiras, no período 1590-1599, por volta de 1605 anualmente 2000

173. O. A. Derby, *O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, IV, 1898-1899, p. 329-350; E. M. Koehn, op. cit., VI, p. 240.
174. J. W. Jizerman, *Amsterdamsche bevochtigingscontracten, 1591-1602, in Economisch-Historisch Jaarboek*, XVII, 1931, p. 185, 205, 210, 186-187, *manus*, op. cit., p. 218 e 229.
175. E. Baasch, *Holländische Wirtschaftsgeschichte*, Jena, 1927, p. 161.
176. W. Bruzel, *Marchands flamands*, op. cit., p. 229.

caixas; 5157 em 1613, visivelmente um recorde; depois de 1625 uma diminuição sensível 177.

Negócio de vulto foi o contrato do pau-brasil do qual participaram e se substituíram um grande grupo de mercadores flamengos e portugueses: João Nunes Correia, João du Bois, Manuel Fernandes Anjo, António Fernandes Ximenes e João Moreno em Lisboa, Henrique Bernaldes primeiro feitor em Pernambuco e depois em Amsterdão, Cornelis Snellinck em Amsterdão, Carlo Snellinck e Francisco Vriens em Veneza, Dominicus van Uffelle em Hamburgo, Manuel Rodrigues Veiga em Amsterdão, Simão Rodrigues d'Evora, os Ximenes, Manuel Alvares Pinto e Rodrigo d'Andrade em Antuérpia 178. Só para o norte da Europa, Holanda e Zelândia, Ruão, Calais e Hamburgo o pau-brasil levado pela parte que cabia em 1603 a Miguel Fernandes Anjo montou a 9.077 quintais 179. As quantidades vendidas na praça de Antuérpia eram modestas, 1196 quintais e 6.700 libras durante os anos 1590-1600 por sete mercadores portugueses, mas regulares mesmo até 1640, de maneira que podemos assim explicar a existência de um "Brasillemolen", um pouco fora da cidade, do lado da Kypdorpspoort, um moinho de moer pau-brasil 180. Grandes quantidades de pau-brasil foram exportadas diretamente para o Norte da Europa sem passar por Lisboa e isso provocou em 1606 uma reação das autoridades, que mandaram Sebastião de Carvalho para proceder a uma devassa em Pernambuco sobre os estragos na maneira abusiva de cortar o pau e de desaminhá-lo. Tanta gente parecia envolvida, que a coroa achava melhor esquecer o caso mediante pagamento de uma multa e tomava precauções contra a presença dos feitores estrangeiros Henrique Bernaldes e Justo Guzman 181.

177. H. Pohl, *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1643)*. Colônia, inédito, se publicará brevemente, p. 260-264.
178. E. M. Koehn, op. cit., II, p. 259, III, p. 144-118, 119, 120-121, 237; F. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)*. Paris, 1960, p. 26-127; H. Pohl, op. cit., p. 293-294. Eles tinham um contrato de 10 anos para exportação de pau-brasil contra importação de pólvora e, em 1603, eles conseguiram ainda licença do novo direito de 30%. Arquivo Geral de Si-mancas, Estado, Portugal, 435; J. Denurc, *Africa in de XVIIe eeuw in de handel van Antwerpen, Antuérpia*, 1937, p. 51-56.
179. J. Denurc, *Brasil et Belgique, in Hierspiegel*, I, 1934, p. 679-686.
180. G. Beterams, *Antwerpse schepenbrieven bewaard op het Rijksarchief te Antwerpen, 1300-1794*, Bruxelas, 1959, p. 219.
181. Arquivo Geral de Si-manca, Secretarias provinciais, livro 1476, f.º 283; Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Consules do Conselho da Fazenda, 51-VIII-48, f.º 62, 64, 72-73, 118, 122, 155, 175, 203-204, 210 e 231.

Devemos ainda mencionar os portugueses estabelecidos em Antuérpia que mantinham relações correntes com seus parentes no Brasil, proprietários de engenhos: Thomé Lopes Ulhoa e Diego Lopes Ulhoa, Antônio de Carvalho e Duarte Dias de Flandres<sup>182</sup>. Podemos concluir que as medidas discriminatórias da coroa espanhola tiveram bem pouco efeito sobre a intensidade do intercâmbio comercial entre os Países Baixos, Portugal e o Brasil, mesmo se o ano 1606 viu vários flamengos deixar temporariamente as terras brasileiras. Aliás, um economista português, Duarte Ribeiro de Macedo, se fazia pouco depois o eco desta impotência ou incompetência filipina perante o vigor comercial dos Nórdicos: deixou respirar os Holandeses que pudera sogetar a menos custa<sup>183</sup>.

Como então encontrar o nexo entre toda esta atividade febril comercial e a fundação da Companhia das Índias Ocidentais na Holanda e o conseqüente ataque ao poderio português no Brasil? Duvidamos que se possa avançar motivos econômicos. Não foram todos estes mercadores com seus interesses estabelecidos e firmados que advogariam a formação de uma companhia! Preferiam eles com certeza continuar seu comércio baseado num emaranhado de relações pessoais, de parentesco sem grandes compromissos, de correspondência caracterizada por obrigações de tipo feudal: comércio talvez menos absorvente de grandes capitais e menos correspondente a um capitalismo avançado — se for verdade que as companhias holandesas constituem etapa importante da evolução do capitalismo — mas bem mais lucrativo. Pois a organização de uma companhia comportava uma custosa burocracia e grandes despesas com soldados, armas e fortalezas. Além disso o comércio dos Países Baixos com o Brasil não podia prescindir da escala e da mediação portuguesa por razões técnicas de navegação e de pilotagem e sobretudo por motivos econômicos.

Um comércio direto entre os Países Baixos e o Brasil não oferecia tantas vantagens quanto o comércio triangular Países-Baixos-Portugal-Brasil-Países-Baixos. Os navios flamengos e, em geral, os navios da Europa do Norte não conseguiam carga suficiente de têxteis e outros produtos industriais para um mercado brasileiro ainda restrito e de hábitos de consumo diferentes. Por isso era indispensável fazer escala em Portugal, em Andaluzia ou nas ilhas Açores, Madeira e Canárias para carregar azeites, vinhos e outros produtos agrícolas exclusivos da zona mediterrânea para o mer-

182. H. Pohl, op. cit., p. 267-268.

183. M. T. Trigo Neto e Cova, *O pensamento político de Duarte Ribeiro de Macedo*, in *Do tempo e da história*, III, 1970, p. 152.

cado brasileiro. Mesmo na volta a rota direta do Brasil para o Norte da Europa não era sempre a mais indicada porque boas quantidades de açúcar e pau-brasil podiam colocar-se nos mercados da própria península ou através dela nas praças italianas, sobretudo em Veneza, grande consumidora de açúcar brasileiro. A Itália é um elemento geralmente esquecido nas considerações sobre os holandeses no Brasil. E mais, as transações na península ibérica sempre permitiam a aquisição de metais preciosos para reexportação seja em letras de câmbio seja por licenças de saca seja clandestinamente para as praças financeiras do Norte. Assim uma operação comercial típica de mercadores flamengos nos anos 1580-1620 constituiu o envio de um navio com trigo e apetrechos e talvez algum têxtil, carregados em portos do Báltico e no mar do Norte para portos de Portugal, Espanha ou mesmo Marrocos, de onde ia buscar vinhos e azeite nas ilhas do Atlântico para em seguida prosseguir para a Bahia ou Pernambuco com eventualmente uma descida até o Rio de Janeiro ou mesmo Buenos Aires à procura da prata peruana. A volta, com carga de produtos brasileiros, se fazia por Lisboa, Porto ou Viana, às vezes incluindo uma passagem pelas ilhas para transbordo em contrabando de açúcar para o Norte, outras vezes uma continuação de viagem até Veneza com um novo retorno com bugangas venezianas completadas com vinhos das Canárias para o Brasil.

Navios flamengos ou holandeses freqüentaram tanto mais de bom grado os portos portugueses que muitas vezes conseguiram carregar aí açúcares sem pagar os direitos devidos à coroa graças a cumplicidade de funcionários portugueses hostis contra seus superiores castelhanos. Foi o caso por exemplo em fins de 1603 quando uma urca flamenga saiu do Porto com 500 caixas de açúcar burlando as taxas alfandegárias em 2500 ducados<sup>184</sup>. No mesmo período um comissário real do comércio em Lisboa, Alonso de Castro Macedo se queixava que os contrabandistas, entre eles Andres Botelho, não hesitavam em procurar matá-lo em sua cama para ter as mãos livres<sup>185</sup>. Pior era a situação em Angra da Ilha Terceira, onde autoridades como o corregidor Leonardo de Acunha ou o provedor das armadas Manuel do Canto contratavam abertamente com os holandeses rebeldes<sup>186</sup>. Na Madeira o governador tomava parte nas cargas de açúcar brasileiro e de vinhos da terra em direção ao Norte junto com mercadores portugueses como Jorge

184. Arquivo Geral de Simancas, Estado, Portugal, 435, carta de Domingo de Vegil, de Aveiro.

185. *Ibidem*, carta de Alonso de Castro Macedo.

186. *Ibidem*, 435, n.º 87.

Blandon, Diego Nunes Belmonte, Manuel Vaz e flamengos como Jacques e Juan Guillermo Doms, Adriaan Ben o jovem e Adriaan Esplanter<sup>187</sup>. Em 1613 levava-se grandes quantidades de açúcar e pau-brasil das Canárias para Flândres<sup>188</sup>.

Navegações e roteiros tão complexos, contivências tão evidentes não eram viáveis dentro de um comércio de Companhia, que devia se fazer forçosamente em estado de guerra com a Espanha, evitando portanto os portos da península e das ilhas. A Companhia só funcionava melhor com uma rota simples como se fazia no caso da Companhia das Índias Orientais, que transportava simplesmente prata para o Oriente voltando com especiarias, sem escalas na península. É verdade que a Companhia Holandesa das Índias Orientais procurou reexportar em contrabando pimenta indiana da Holanda para Lisboa e portos espanhóis, mas o mesmo bem dificilmente podia praticar-se com cargas mais pesadas e voluminosas como açúcar e pau-brasil. A Companhia das Índias Orientais devia assim dispensar a interessante carga de ida e ainda perder os mercados da Europa meridional. Ora mercadores experimentados não deviam ignorar as exigências complexas do comércio brasileiro e as incompatibilidades do comércio em Companhia. Assim não é por motivação econômica que eles iriam aventurar-se na organização de uma Companhia das Índias Ocidentais. A fundação da mesma se situaria portanto mais no plano político. Assim tem-se explicado tradicionalmente como uma reação dos Estados Gerais da Holanda às interdições e proibições de Felipe II e Felipe III contra a presença de navios holandeses nos portos peninsulares e nas carreiras do Atlântico. Mas acabamos de demonstrar que todas estas medidas proibitivas antes de tudo burcráticas dos Felipes não interromperam efetivamente o comércio dos flamengos e holandeses. Acreditamos que a motivação seja realmente política mas por outras razões. Já Preuss — antes dele J. K. J. De Jonge — via as Companhias como uma manifestação do expansionismo holandês, tese que encontrou pouca aceitação entre os historiadores holandeses<sup>189</sup>. Entretanto parece que é mais

187. *Ibidem*, 435, n.º 122.

188. *Ibidem*, 436, n.º 162. Assinalamos neste contexto o pedido de licença do flamengo Juan Westering allás Huesterlin, estabelecido nas Canárias, para poder comerciar com o Brasil. Biblioteca da Ajuda de Lisboa, Consultas do Conselho da Fazenda, 51-VIII-48, f.º 251.

189. G. Preuss, *Philips II, die Niederländer und ihre erste Indierfahrt*, Breslau, 1911; J. K. de Jonge, *De opkomst van het Nederlandsch Gezag in Oost-Indië (1595-1610)*, Haia e Amsterdã, 1862, I, p. 23 e 35; W. J. van Hoboken, *The Dutch West India Company: The Political Background of its Rise and Decline, in Britain and the Netherlands*, Londres, 1960, I, p. 44-45.

nesta direcção que se deve buscar os origens das Companhias e, sobretudo, da Companhia das Índias Ocidentais reformulando e ampliando esta argumentação.

Um fato dominante da vida comercial nesta área era então, bem mais que as proibições e os embaraços nos portos peninsulares, a grande insegurança no alto mar, perto dos cabos e até nas entradas dos grandes rios. A responsabilidade por esta insegurança não cabia às armadas espanholas nem, no início, às frotas a mando dos Estados Gerais da Holanda mas sim à pirataria, a qual, se bem que fosse um fenómeno de muitos séculos, vinha-se desdobrando com vigor desde os anos de 1570. Esta pirataria não só provinha dos barbarescos mas cada vez mais dos ingleses. Nos anos 1589-1591 sessenta e nove barcos do comércio com o Brasil foram interceptados pelos *privateers* da rainha Elisabeth e levados como presas para portos ingleses<sup>190</sup>. Aí o açúcar chegava a ser vendido a preços mais baratos que em Lisboa ou mesmo na Bahia. Os piratas estabeleciam para a venda destas mercadorias roubadas verdadeiros *dumping-markets* em portos marroquinos. Em setembro de 1606 tinha 4000 caixas de açúcar em Plymouth e em maio do mesmo ano 800 caixas na Berberia<sup>191</sup>.

Começava então a valer uma espécie de lei de Gresham: da mesma maneira que a falsa moeda caça e afasta a boa moeda pode-se dizer que a pirataria contaminava navegação regular. Generalizava-se a pirataria com o aparecimento de corsários de La Rochelle e logo também de Middelburgo, Flessingues e Roterdão e até de Dunkerque que operavam contra uns e outros inimigos ou amigos voltando do Brasil com açúcar e outras riquezas. Por exemplo o "Le faveuron blanc" do capitão Willem Martens de Roterdão, voltando da Bahia com carga para Lisboa em 1594 foi roubado por piratas franceses<sup>192</sup>. João Mendes de Vasconcelos estimava que de 200 navios partindo do Brasil anualmente só 50 chegavam à sua destinação planejada<sup>193</sup>.

190. C. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, Londres, 1969, p. 105; K. R. Andrews, *Elizabethan Privateering, English Privateering during the Spanish War, 1585-1603*, Cambridge, 1964, p. 208. Sobre a tomada pelos ingleses de 4 navios de Emden voltando do Brasil ver *Resolutien*, op. cit., XII, p. 108 e 288.

191. Arquivo Geral de Simancas, Secretarias provinciales, livro 1476, f.º 246 e 251; K. R. Andrews, op. cit., p. 208.

192. H. Pohl, op. cit., p. 450

193. Arquivo Geral de Simancas, Estado, Portugal, 437, p. 161.

Não sem razão denotou K.R. Andrews um elemento de "democracia" nesta pirataria generalizada<sup>194</sup>. No sentido que grupos populares como marinheiros, soldados, taberneiros, cirurgiões, merceeiros, às vezes calvinistas militantes, queriam locupletar-se com o comércio colonial e para isto se associavam em expedições, que por fazer-se fora dos circuitos normais terminavam fatalmente em pirataria. É podê-se suspeitar que os marinheiros dos navios da carreira regular se rendiam, sem resistência ou talvez por combinação, aos atacantes para beneficiar-se também do botim.

Este estado de coisas devia afetar pesadamente o comércio estabelecido tanto de portugueses e flamengos como de holandeses e hanseáticos, fossem eles católicos ou rebeldes, obedientes à coroa espanhola ou pelo contrário rebeldes, mas todos ligados a um mínimo de respeitabilidade e honestidade comercial. Alguns com certeza se associaram com os piratas ou tomavam uma posição ambígua, como os Moucheron, ou como Mauritius de la Fons e Nicolas du Gardin que investiram na viagem de Van Noort, continuando de outro lado seus negócios através de Lisboa<sup>195</sup>. A maior parte, entretanto, apelava para as autoridades pedindo proteção, intervenção e restituição. Pouco podia fazer o poderio espanhol depois da derrota da Invencível Armada e da perda do domínio nos mares. Felipe II autorizou em 1594 pelo menos que as urcas flamengas navegassem em conserva para o Brasil para defenderem-se melhor<sup>196</sup>.

Tornava-se problemática a situação para os Estados Gerais da Holanda. Claro que estes podiam intervir junto à corte inglesa para obter a restituição de mercadorias pertencentes a mercadores de Amsterdão, como o fizeram por várias vezes e ainda em 1607 pelo navio de Reynier Plagge de Hamburgo vindo da Bahia<sup>196</sup>. Mas que fazer quando tanto os piratas como os lesados eram seus súditos? E muitas vezes estes mercadores de Amsterdão ou de Middelburgo reclamavam não só a restituição de seus bens mas também de seus correspondentes de Antuérpia, Lisboa ou Veneza, dos quais eram solidários através do sistema da correspondência e da participação ou para evitar represálias. Entre as vítimas do ataque de Van Caerden na Bahia encontraram-se Duarte Hulcher, que viu seu engenho de Itapanica incendiado — como aliás

194. K. R. Andrews, op. cit., p. 234.

194b. J. H. de Stoppelaar, *Baítasar de Moucheron*, Haia, 1901, p. 73; O. van Noort, *De reis*, op. cit., II, p. 56 e 102.

195. *História Geral da Civilização Brasileira*, op. cit., I, p. 166.

196. *Resolutiën*, op. cit., XIV, p. 122.

mais tarde também o bando de Van Spilbergen incendiaram o engenho dos Schetz —, os capitães Claes Groot e Hans Sweers de Hamburgo, mercadores portugueses de Amsterdão como Duarte Fernandes e ainda mercadores de Veneza que tinham assegurado os navios tomados<sup>197</sup>. Complicava-se ainda a situação porque os Estados Gerais permitiram aos portugueses residentes nos Países Baixos de tratar com o Brasil através de Lisboa e os outros pontos de Portugal, enquanto o comércio com o inimigo era em princípio proibido e submetido ao direito de presas boas<sup>198</sup>. Vários cristãos-novos de Amsterdão como Manuel Lopes Homem, Francisco Nunes Homem, Duarte Saraiva pediram assim restituição de aqúcares seus, tomados dentro de navios portugueses ou espanhóis<sup>199</sup>. Em 1599 um navio de Veneza rumando para o Brasil foi tomado por holandeses liderados por Vander Does e de Vanden Kerckhoven e em reação as autoridades venezianas proclamaram o embargo dos navios oriundos das Províncias Unidas<sup>200</sup>. Logo em seguida importantes mercadores estabelecidos em Amsterdão pressionaram as autoridades holandesas para conseguir a restituição da carga do navio, na qual eles eram se não diretamente pelo menos indiretamente interessados. Outro caso frequente de choque de interesses se produzia quando mercadores de Amsterdão asseguravam mercadorias de comerciantes portugueses entre Portugal e o Brasil e estas eram roubadas por piratas holandeses<sup>201</sup>. É verdade que as vezes piratas e asseguradores chegaram a colaborar como o denunciou à coroa espanhola um memorialista perspicaz e bem informado<sup>202</sup>. Mesmo durante a trégua de doze anos, de 1609 a 1621, continuaram os piratas tomando dezenas de navios entre o Brasil e Portugal, nos quais perdiam portugueses de Amsterdão e seus asseguradores holandeses<sup>203</sup>.

Entre burguesia tradicional e por assim dizer internacionalista, representada sobretudo por Amsterdão, e o novo grupo de empregadores corsários, incipiente burguesia popular e nacionalista, re-

197. *Resolutiën*, op. cit., XIII, p. 225-226; A. Tonenti, *Nauffages, corsaires et assurances maritimes à Venise, 1592-1609*, Paris, 1959, p. 434.

198. H. Ottsen, op. cit., c. XXI.

199. E. M. Koen, op. cit., III, p. 245-246; *Resolutiën*, op. cit., XIV, p. 215.

200. K. Heeringa, *Bronnen tot de geschiedenis van den Levantschen handel*, in *Pijks Geschiedkundige Publicatiën*, Grote Serie, IX, Haia, 1910, I, p. 32133 e 36-40; W. Brulez, *Marchands flamands*, op. cit., p. 303-304.

201. E. M. Koen, op. cit., IV, p. 120, 244 e 252.

202. *Livro primeiro*, op. cit., p. 37.

203. E. M. Koen, op. cit., VI, p. 234 e 243; *British Museum, Londres, Manuscripts, Bibliotheca Landsdowniana*, n.º 145, f.º 144-146, n.º 160, f.º 64-66; *Biblioteca Egertoniana*, n.º 323, f.º 99, n.º 1131-1136, f.º 375.

presentada antes pelas cidades da Zelândia e por Roterdão, criou-se um perigoso clima de conflitos permanentes, que ameaçavam os fracos alicerces do novo estado das Províncias Unidas. Esta guerra civil, no plano econômico, devia ser evitada. Um possível remédio parecia a instituição de uma companhia nacional, largamente aberta ao capital internacional, mas também a camadas mais populares da nascente nação marítima. O dinamismo aventureiro e bélico destas últimas, seu espírito de empreendimento também, seriam assim utilizadas e integradas e ainda controladas pelo poder estatal. Ao mesmo tempo seria sancionado o comércio daqueles, que nos Países Baixos Espanhóis ou nas outras praças fortes do comércio internacional continuavam a negociar tranquilamente com o inimigo espanhol e português e beneficiar-se da sua proteção. Impunha-se aqui para os Estados Gerais na organização e no controle de sua vida econômica uma solução que poderíamos chamar, *avant la lettre* uma nacionalização.

A fundação de uma tal companhia foi bem mais fácil e rápida para as Índias Orientais porque o sistema português do comércio oriental se encontrava furado e decadente e o capital internacional espontaneamente se dispôs a participar. Pelo contrário sua congruente para as Índias Ocidentais demorou em ser lançada e encontrou grandes dificuldades. Houve dentro dos grupos líderes das Províncias Unidas e notadamente da parte de Oldenbarneveldt e também da cidade de Amsterdão muita resistência. Quando finalmente começou a funcionar a partir da década de 1620, tomou um rumo bélico e sua orientação pouco correspondia aos anseios do comércio internacional. Suas operações se revelaram aliás bem menos lucrativas que aquelas da Companhia das Índias Orientais. Os benefícios províncias mormente de roubos e confiscos. Estes perturbavam o jogo normal da formação dos preços. Um exemplo ilustra isto bastante bem: quando em 1627 o capitão holandês Piet Heyn tomou na Bahia mais de 2000 caixas de açúcar, subiram os preços em Lisboa e em seguida também em Antuérpia e Hamburgo; tão logo entraram as caixas roubadas na Zelândia, ocorreu uma repentina baixa no mercado, que muito prejudicou os primeiros dos compradores<sup>204</sup>. Esta instabilidade devia permanecer até um ou outro partido conseguir apossar-se da distribuição de toda a produção açucareira brasileira e impôr seus preços. Ora a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais demorou muito em lograr este objetivo e o manteve por poucos anos. O balanço de

204. E. Stols, *De Spaanse Brabanders*, op. cit., I, p. 192-193.

suas atividades na produção açucareira e na economia colonial brasileira em geral antes apresentou um saldo negativo<sup>205</sup>.

Frente a este malogro o setor do comércio internacional reagiu de maneira diferente. Alguns mercadores sem dúvida, tomaram o partido da espoliação e participaram no capital da Companhia. Entre eles se destacaram cristãos-novos, cujas posições tradicionais no comércio internacional foram seriamente afetadas pela política repressiva das autoridades espanholas e portuguesas contra seus membros na Madeira, no Pôrto e em Viana. Sobrepujo a situação severa dos inquisidores nestes dois últimos portos por volta de 1616 atingiu gravemente a função dos mercadores cristãos-novos destas cidades como intermediários entre seus parentes no Brasil e no Norte da Europa<sup>206</sup>. Assim se sentiram forçados a optar pelo campo bélico holandês, enquanto antes, de 1600 a 1615, eram eles as vítimas freqüentes dos ataques dos piratas holandeses. Encontra-se aqui um elemento importante para compreender a chamada traição dos cristãos-novos<sup>207</sup>. Mesmo assim esta evolução não se fez num momento só: ainda em 1620 apareceram cristãos-novos portugueses de Antuérpia como participantes no navio São Francisco do capitão Manuel Fernandes Galete da Madeira, que seguiria de Amsterdão para a Madeira e de lá para o Brasil, voltando para Lisboa<sup>208</sup>.

Não é por acaso que uma das denúncias sobre a participação dos cristãos-novos no capital da Companhia das Índias Ocidentais vinha do Porto da parte de Hendrik Snel, comerciante flamengo com vários parentes em Lisboa, os Snel dos quais um outro membro João Snel filho, tinha negociado já em 1609 com representantes holandeses em Antuérpia a possível transferência da Companhia das Índias Orientais das Províncias do Norte para os Países Baixos Meridionais<sup>209</sup>. Pois na mesma cidade do Porto residiam Jacques e Mathias van Lom, também intermediários no comércio açucareiro e cujo parente, Leendert van Lom foi condenado à morte e

205. M. Buescu, *Invasão holandesa: perdas da economia açucareira*, in *Verbum*, XXV, 1968, p. 397-408.

206. A. N. T. T., I, L., 795.

207. E. D'Oliveira França, *Um problema*, op. cit., p. 21-71; S. A. Siqueira, *O Brasil e os sefarditas dos Países-Baixos*, in *Revista de História*, 1971, LXXXVIII, p. 333-344.

208. H. Pahl, op. cit., p. 457.

209. British Museum de Londres, Manuscritos, Bib. Egertoniana, n.º 1131, f.º 275; F. C. Wleder, *Niederländische Historisch-Geographische Documenten in Spanje*, Leiden, 1915, p. 213-214.

executado em 1632 no Recife <sup>210</sup>. Os diretores da Companhia acusavam-no de complô e de traição em combinação com Gaspar Domingo Rego e Roque de Barros, negociantes de Viana, onde também Leendert tinha estado algum tempo. Outro suspeito em 1630 era Adriano Verdonck, igualmente muito ligado à colônia flamenca de Lisboa, onde ele morou em 1611 defronte ao hospital das Palmeiras <sup>211</sup>. Existem portanto indícios de que entre os comerciantes flamengos nem todos se acharam felizes com a fundação da Companhia e alguns mesmo procuraram sabotá-la.

Uma grande parte dos flamengos engajados no comércio internacional continuou simplesmente seu trato como se a Companhia não existisse: assim durante as décadas de 1620 a 1640 os irmãos De Grootte, Louis e Pedro Clarisse, Paul du Jon e outros de Antuérpia tratavam através de seus correspondentes de Lisboa e de outras praças portuguesas um volume considerável de açúcar e especiarias e vendiam tecidos flamengos, pinturas, estampas, retábulos destinados em parte ao Brasil <sup>212</sup>. Até negociantes ingleses católicos de Lisboa em combinação com seus patrões de Londres colocaram então açúcares brasileiros no mercado de Antuérpia. Se H. Pohl encontrou para este período um nítido regresso das quantidades de açúcar tratado pelos cristãos-novos portugueses na praça antuerpiana, é provável que o total das operações açucareiras aí não decaiu tanto e que comerciantes flamengos, ingleses e outros se substituíram aos portugueses que se retiraram progressivamente para Amsterdão ou Hamburgo. Ao nosso ver fator tão mais importante que a Companhia das Índias Ocidentais foi a Restauração em Portugal que prejudicou seriamente o decorrer normal das relações comerciais entre Antuérpia e as outras praças dos Países Baixos Espanhóis de um lado e o mundo português novamente independente e hostilizado pelo poderio espanhol de outro lado. Colocáramos então 1640 como divisor de marca o declínio do mercado açucareiro de Antuérpia e das relações comerciais entre Flandres, Portugal e o Brasil.

Mesmo assim depois desta data mercadores da metrópole do Esgalda continuaram a receber ocasionalmente açúcares brasileiros

210. J. de Laet, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes*, Rio de Janeiro, p. 347-349; E. Stols, *De Zuidelijke Nederlanden en de oprichting van de Oost en Westindische Compagnien in Bijdagen en Mededelingen betreffende de Geschiedenis der Nederlanden*, LXXXVIII, 1973, p. 1-13.

211. J. de Laet, op. cit., p. 247.

212. E. Stols, *De Spaansc Erbrenders*, op. cit., I, p. 168 e 191-193; H. Pohl, op. cit., p. 328.

de Lisboa através dos portos de Ostendê ou mesmo de Amsterdão e de Middelburgo, como por exemplo Jacques Goos e o conhecido impressor Baltasar Moretus, sucessor de Plantino, que entre 1648 e 1675 repetidamente faziam trocar envios de livros contra açúcar da Bahia pelo seu correspondente Francisco Lamberto <sup>213</sup>. Outra firma antuerpiana, os Boussemart, tratavam entre 1670 e 1677 com açúcar da Bahia e fumo brasileiro através da sua filial de Cadiz <sup>214</sup>. Sabemos bem pouco sobre a eventual continuação do comércio de diamantes, florescente antes de 1640, e a possível substituição dos diamantes da Índia pelos do Brasil no século XVIII. Fato conhecido é que Antuérpia se tornou uma capital do diamante e sexta interessante investigar aí o aparecimento ou a ausência do diamante das Minas Gerais.

A passagem dos Países Baixos Meridionais sob o domínio austríaco no início do século XVIII não incentivou novamente o comércio com Portugal e suas colônias. As tentativas da Companhia de Ostendê para conseguir entrada nos portos brasileiros para seus navios na rota do Oriente não obtiveram êxito duradouro <sup>215</sup>. Os comerciantes de Gand, então grande centro de têxtil de linho, tinham uns poucos representantes em Lisboa, que lhes mandavam em troca como produtos brasileiros apenas peles e lã, sem que houvesse ainda menção de açúcar <sup>216</sup>. Empecílio para maior desenvolvimento deste comércio eram os grandes gastos de frete e de seguros, já que existiam raríssimas ligações marítimas diretas e as mercadorias deviam transitar por Ostendê-Cádiz-Lisboa e ainda o predomínio inglês no comércio português. Assimalemos ainda o envio de rendas flamengas pela casa das irmãs Reynolds de Antuérpia, entre 1737 e 1761, para Lisboa, onde encontravam compradores brasileiros <sup>217</sup>. Tudo isto significa bem pouco em comparação com o importante intercâmbio comercial que Flândres manteve durante os séculos XVI e XVII com a América Espanhola através de Sevilha e Cadiz não obstante a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e o bloqueio holandês do porto de Antuérpia <sup>218</sup>. Somente no século XIX é que Antuérpia volta-

213. Arquivo Plantin-Moretus, Antuérpia, Manuscritos, 523, 1214 e 1215.

214. I. Everaert, op. cit., p. 283, 07 e 465.

215. E. Stols, *A Companhia de Ostendê e os portos brasileiros*, in *Estudos Históricos*, V, 1966, p. 82-95.

216. H. Coppelaens-Desmet, *Bijdrage tot de studie van de gegoede burgerij te Gent in de XVIIIe eeuw*, Bruxelas, 1952, p. 31-32.

217. M. Heeren, *De kanthandel van de firma Reynolds te Antwerpen in de XVIIIe eeuw*, Louvain, 1966, dissertação datilografada, p. 111-112, 173-189 e 193.

218. I. Everaert, op. cit.; J. Lefevre, *Étude sur le commerce de la Belgique avec l'Espagne au XVIIIe siècle*, Bruxelas, 1921.

ria a ter relações comerciais de vulto com o Brasil. Desta vez não como mercado para seu açúcar — se bem que Antuérpia na primeira metade do século XIX foi um grande centro refinador com reexportação dentro do Mediterraneo, mas com açúcar de procedência cubana, fato este que se deve em parte a permanência de suas reações com a Espanha — mas como importador de café e porto de embarque dos produtos industrializados da Bélgica e da Renânia.

Podemos assim concluir que o comércio entre Flandres, Portugal e o Brasil se inseriu nos primeiros contactos importantes antes do fim do século XV e conheceu seu maior desenvolvimento no século XVI atingindo o auge por volta de 1580 a 1620. Este crescimento foi interrompido por ocorrências de política interior: a ereção da Companhia das Índias Ocidentais e a Restauração em Portugal, ambos acontecimentos ligados a profundas crises e mudanças nas respectivas sociedades holandesa e portuguesa. Retemos também que a Companhia das Índias Ocidentais dificilmente poderia ainda ser considerada como um passo para frente no desenvolvimento capitalista e que neste o fenômeno do *privatizing* merece muito mais atenção sobretudo pelo seu aspecto irracional. Quanto à história particular dos Países Baixos podemos dizer — aplicando a fórmula de Pierre Chenu — que o comércio brasileiro ajuda a explicar a *casserie*, a separação dos Países Baixos do Norte e em última instância a gênese da Bélgica e da Holanda.

Anexo I: Mercadores flamengos em Lisboa por volta de 1580 — 1620.

|                        |                                  |
|------------------------|----------------------------------|
| João Anselmo           | Gultherme van Gannp              |
| Gerrit van Afluyssen   | Louis Godin                      |
| Jacques du Bas         | Charles Godin                    |
| Abraham Bachillier     | Jerdulmo Goossens                |
| Justo Benck            | Daniel Ghs                       |
| João du Boile          | Reinaldo Hem                     |
| João de Bem            | João Huischer                    |
| Pedro de Beque         | Lamberto e Carlos Hustaert aliás |
| Gillis van den Bossche | Ukarte                           |
| João de Brocxnia       | Pedro de Labouat aliás Laoste    |
| Luis Cado              | Christoval van Ledo              |
| Gaspas Condelforf      | Jean Lemerdier                   |
| Simon de Cordes        | Jochem Loefsen                   |
| Julien del Court       | Gaspas de Mere                   |
| Koernaed Coymans       | Jacques de Moere                 |
| Pedro van Craesbeek    | Pierre Moerentorf aliás Moretus  |
| Jorge Drave            | Gaspas Pels                      |
| João Filter            | Jan Persijn                      |

|                            |                                  |
|----------------------------|----------------------------------|
| Rodrigo Rodenburg          | Hendrik Tilman                   |
| Hendrik Rogman aliás Romão | Jerdulmo de Vadder               |
| Pedro de Salinas           | João Vel                         |
| Rodrigo Saebout            | Melchior Ventura                 |
| João Serim                 | Jacques Wyls                     |
| Jan Snel                   | Pieter Zaganus aliás Pero Sagres |

Anexo II: Mercadores flamengos em Lisboa por volta de 1600 — 1620.

|                                 |                                    |
|---------------------------------|------------------------------------|
| Hendrik Alberts                 | Jacques Godrup                     |
| Felipe van Alphen               | André de Cois                      |
| Miguel Arado                    | Adriaan van Goor                   |
| Philippe Artens                 | Merran Goossens                    |
| Nicolaus Bakke                  | João van Gorge de Grove            |
| Nicolas de Barlamonte           | Adriaan van Guden                  |
| Gaspas Beelaert aliás Belero    | Rodrigo Gutierrez                  |
| André e Pedro de Belen          | Jacob Guyot                        |
| Jan vanden Berghhe              | João Hala                          |
| Jacques Bernardes               | João van Heque aliás Baulque       |
| Rodrigo Bartolomeu              | Edward Hill                        |
| João Blauw aliás Biao           | Rodrigo Houbraken                  |
| Gultherme e Jacques Bollaert    | Johan van Houw                     |
| Nicolas Bouweye Borch           | Girardo Hugens                     |
| Nicolas Bouweye aliás Bourel    | João Batista Jacops                |
| João de Breidheist              | Jacques Jacques                    |
| Hendrik Broer                   | João Jacques                       |
| Gaspas Bruzele                  | Gaspas Jacques                     |
| Gaspas Capelle                  | Adriano e Leonardo João            |
| Nicolas de la Cattoir           | Sebastian Janssens                 |
| Jorge van Caven                 | Françisco Lamberto                 |
| Pedro e Jean-Baptiste Clarisse  | Diego Laures                       |
| Simon Cornello                  | Pedro Lourenço                     |
| Jean-Baptiste de Corte          | Cornelis Lourenço                  |
| Elias de Corte                  | Cornello de Liko                   |
| Henrique Costes                 | Jean de Lobel                      |
| Cornelis Cristiano              | Samuel Miguel                      |
| Cornelis van Dale               | Jacques de Pachter                 |
| Cornello Dama                   | Gaspas Pedro                       |
| Simon van Drove                 | Françisco Pery                     |
| Galter Desselmans aliás Salmans | Huberto Piquulatract               |
| Jan Dylek                       | Girardo Queya                      |
| Jerdulmo Dominguez              | Gultherme Quiffelt                 |
| Gultherme van Duucra            | João Quiber                        |
| João Eantques                   | Arrique de Renumburgo              |
| Girardo Eantques                | Gulterres e Jacques Reyser         |
| Pedro Fasiel                    | Girardo Rodrigues                  |
| Gultherme de Fitzra             | Antonio de Rode                    |
| Leonardo van Gerven             | Belchior Ruidim                    |
| Paulo van Gijsemrode            | Paulo de Rudder                    |
| Cornello Gillis                 | Justo de la Rue                    |
| Juan Giraldes                   | Andres e Charles de Salactas aliás |
|                                 | dos Santos                         |

